



ESCLARECIMENTO SOBRE VALOR A SER OFERTADO NO SISTEMA ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO DGA nº 90064/2026

PROCESSO Nº 01-P-25517/2025

OBJETO: Permissão de uso onerosa de espaço físico para exploração de estabelecimento comercial no ramo de alimentação, do tipo restaurante, denominado Restaurante e Lanchonete do Instituto de Biologia - IB

VALOR MENSAL DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO: R\$ 9.720,00/mês

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor valor de lance, correspondente à maior oferta mensal da taxa de permissão de uso (Conforme ANEXO VI)

MODO DE DISPUTA: Aberto

PARTICIPAÇÃO: Ampla

REGIME DE CONTRATAÇÃO: Empreitada por preço global

DATA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 06/03/2026

HORÁRIO: 09:30

PREGOEIRO(A): Lilian Patricia Barbosa Maggiotto

A Diretoria Geral da Administração, por meio da Coordenação da Divisão de Suprimentos, esclarece aos interessados que:

Conforme item 4.1.1 do edital, o licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento no sistema eletrônico com o valor parametrizado máximo de R\$ 100,00 que representa o valor mensal do item, conforme anexo VI do edital, seguindo as explicações abaixo:

O valor de referência é o valor mínimo aceito de taxa de administração para o valor da proposta (VP), que corresponde a R\$ 9.720,00 (nove mil e setecentos e vinte reais).



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL

Aprovado segundo
Parecer PG nº 343 de 10
de fevereiro de 2026, e
Despacho PG nº 574 de
10 de fevereiro 2026

No sistema de Compras do Governo Federal, o licitante deverá apresentar seu lance limitado ao valor máximo parametrizado de R\$ 100,00 (cem reais), o qual corresponderá ao montante mensal de R\$ 9.720,00 (nove mil e setecentos e vinte reais).

O valor da proposta (VP) aumenta à medida que o valor do lance (VL) diminui. Será vencedor do certame eletrônico o licitante que oferecer o menor valor de lance (VL) no campo próprio do sistema.

VALOR DO LANCE (VL)	VALOR DA PROPOSTA (VP)
100,00	R\$ 9.720,00
99,50	R\$ 9.768,84
99,00	R\$ 9.818,18
98,50	R\$ 9.868,02
98,00	R\$ 9.918,37
97,50	R\$ 9.969,23
97,00	R\$ 10.020,62
(...)	(...)

FÓRMULA A SER APLICADA PARA CÁLCULO DO VALOR DO LANCE A SER
INSERIDO NO SISTEMA COMPRAS:

$$VL = (9.720,00 \div VP) \times 100$$

Desse modo, o licitante deve se atentar aos valores de lances mínimos parametrizados da tabela completa de conversão, que se encontra disponível no ANEXO VI deste edital.

Campinas, 11 de fevereiro de 2026.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE SUPRIMENTOS
EDITAL**

Aprovado segundo Parecer PG
nº 343 de 10 de fevereiro de
2026, e Despacho PG nº 574
de 10 de fevereiro de 2026

PREGÃO ELETRÔNICO DGA nº 90064/2026

CONTRATANTE - UASG: 450161

PROCESSO Nº 01-P-25517/2025

OBJETO: Permissão de uso onerosa de espaço físico para exploração de estabelecimento comercial no ramo de alimentação, do tipo restaurante, denominado Restaurante e Lanchonete do Instituto de Biologia - IB

VALOR MENSAL DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO: R\$ 9.720,00/mês

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor valor de lance, correspondente à maior oferta mensal da taxa de permissão de uso (Conforme ANEXO VI)

MODO DE DISPUTA: Aberto

PARTICIPAÇÃO: Ampla

REGIME DE CONTRATAÇÃO: Empreitada por preço global

DATA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 06/03/2026

HORÁRIO: 09:30

PREGOEIRO(A): Lilian Patricia Barbosa Maggiotto

Torna-se público que a Universidade Estadual de Campinas, por meio da Divisão de Suprimentos da Diretoria Geral de Administração, sediada na Praça das Bandeiras, 45, Quadra 2, Prédio 1, Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, Distrito de Barão Geraldo, Campinas/SP, realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE SUPRIMENTOS
EDITAL

Aprovado segundo Parecer PG
nº 343 de 10 de fevereiro de
2026, e Despacho PG nº 574
de 10 de fevereiro de 2026

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é permissão de uso onerosa de espaço físico para exploração de estabelecimento comercial no ramo de alimentação, do tipo restaurante, denominado Restaurante e Lanchonete do Instituto de Biologia - IB, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

2. Da participação na licitação

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Nos limites previstos no art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e na [Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da [Lei nº 11.488, de 15 de junho de](#)



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE SUPRIMENTOS
EDITAL

Aprovado segundo Parecer PG
nº 343 de 10 de fevereiro de
2026, e Despacho PG nº 574
de 10 de fevereiro de 2026

[2007](#), e no art. 16 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

2.5.1. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

2.5.1.1. Para o item 1, a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), observado o disposto no § 2º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.4. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.5. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.6. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

E-mail: supri.servicos@dga.unicamp.br
Praça das Bandeiras, nº 45 - Quadra 2 - Prédio 1 - Cidade Universitária "Zeferino Vaz" - Barão Geraldo
Campinas - SP - Brasil - CEP: 13083-869
www.dga.unicamp.br

Página 3 de 28 (versão 26/08/2024)

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.9. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.10. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.10.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

2.10.2. O licitante vencedor do certame deverá promover a constituição e o registro do consórcio antes da celebração do contrato, nos termos do § 3º do art. 15, da Lei nº 14.133 de 2021.

3. Da apresentação da proposta e dos documentos de habilitação

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances,



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE SUPRIMENTOS
EDITAL

Aprovado segundo Parecer PG
nº 343 de 10 de fevereiro de
2026, e Despacho PG nº 574
de 10 de fevereiro de 2026

os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.13.1 deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE SUPRIMENTOS
EDITAL

Aprovado segundo Parecer PG
nº 343 de 10 de fevereiro de
2026, e Despacho PG nº 574
de 10 de fevereiro de 2026

não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1.a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

3.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações

no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. Do preenchimento da proposta

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, do seguinte campo:

4.1.1. valor mensal do item.

4.1.2. O valor de referência é o valor mínimo aceito de taxa de administração para o valor da proposta (VP), que corresponde a R\$ 9.720,00/mês (nove mil e setecentos e vinte reais);

4.1.3. No sistema de Compras do Governo Federal o licitante deverá apresentar seu lance limitado ao valor máximo parametrizado de R\$ 100,00 (cem reais), o qual corresponderá ao montante mensal de R\$ 9.720,00/mês (nove mil e setecentos e vinte reais);

4.1.3.1. O valor da proposta (VP) aumenta à medida que o valor do lance (VL) diminui. Será vencedor do certame eletrônico o licitante que oferecer o menor valor de lance (VL) no campo próprio do sistema.

4.1.3.2. A tabela completa de conversão encontra-se disponível em ANEXO VI – Tabela de conversão de lances.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. Da abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE SUPRIMENTOS
EDITAL

Aprovado segundo Parecer PG
nº 343 de 10 de fevereiro de
2026, e Despacho PG nº 574
de 10 de fevereiro de 2026

e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,50 (cinquenta centavos), conforme tabela informada no Anexo VI – Tabela de conversão.

5.8.1. A aplicação do valor mínimo entre os lances incidirá sobre o valor unitário do item.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em

segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13,



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE SUPRIMENTOS
EDITAL

Aprovado segundo Parecer PG
nº 343 de 10 de fevereiro de
2026, e Despacho PG nº 574
de 10 de fevereiro de 2026

poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

E-mail: supri.servicos@dga.unicamp.br
Praça das Bandeiras, nº 45 - Quadra 2 - Prédio 1 - Cidade Universitária "Zeferino Vaz" - Barão Geraldo
Campinas - SP - Brasil - CEP: 13083-869
www.dga.unicamp.br

Página 11 de 28(versão 26/08/2024)

5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE SUPRIMENTOS
EDITAL

Aprovado segundo Parecer PG
nº 343 de 10 de fevereiro de
2026, e Despacho PG nº 574
de 10 de fevereiro de 2026

preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.2.2. empresas brasileiras;

5.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.6. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação

E-mail: supri.servicos@dga.unicamp.br
Praça das Bandeiras, nº 45 - Quadra 2 - Prédio 1 - Cidade Universitária "Zeferino Vaz" - Barão Geraldo
Campinas - SP - Brasil - CEP: 13083-869
www.dga.unicamp.br

Página 13 de 28(versão 26/08/2024)

realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.7. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, ou de ofício pelo próprio Pregoeiro, antes de findo o prazo.

5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de habilitação.

6. Da fase de julgamento

6.1. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

6.1.5. Sanções, mantido pelo Governo do Estado de São Paulo (https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes_ui.aspx/sancoes.aspx);

6.1.6. Relação de Apenados, mantido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCE/SP (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>).

6.1.7. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

- 6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5 e 3.6 deste edital.
- 6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 6.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.8.1. contiver vícios insanáveis;
- 6.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.8.3. apresentar preços inexequíveis;
- 6.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado

para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. Da fase da habilitação

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE SUPRIMENTOS
EDITAL

Aprovado segundo Parecer PG
nº 343 de 10 de fevereiro de
2026, e Despacho PG nº 574
de 10 de fevereiro de 2026

embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE SUPRIMENTOS
EDITAL

Aprovado segundo Parecer PG
nº 343 de 10 de fevereiro de
2026, e Despacho PG nº 574
de 10 de fevereiro de 2026

7.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado nos termos do Anexo V – Condições para Realização de Vistoria Prévia, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

7.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitaes quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo, 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

7.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

7.15.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.16. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.13.1.

7.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

08. Dos recursos



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE SUPRIMENTOS
EDITAL

Aprovado segundo Parecer PG
nº 343 de 10 de fevereiro de
2026, e Despacho PG nº 574
de 10 de fevereiro de 2026

- 8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE SUPRIMENTOS
EDITAL

Aprovado segundo Parecer PG
nº 343 de 10 de fevereiro de
2026, e Despacho PG nº 574
de 10 de fevereiro de 2026

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo link: <https://www.dga.unicamp.br/referencias/solicitacao-esclarecimentos-impugnacao-vistas-processos-licitacao>

09. Das infrações administrativas e sanções

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

- 9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 9.2.1. advertência;
- 9.2.2. multa;
- 9.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. O recolhimento da multa dar-se-á na forma indicada na Resolução GR-019/2023, de 23/03/2023, a qual regulamenta a forma de aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito da UNICAMP e que pode ser acessada no seguinte endereço eletrônico: <https://www.pg.unicamp.br/norma/31521/0>.
- 9.4.1. As importâncias relativas às multas serão descontadas do pagamento a que tiver direito a Contratada.
- 9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE SUPRIMENTOS
EDITAL

Aprovado segundo Parecer PG
nº 343 de 10 de fevereiro de
2026, e Despacho PG nº 574
de 10 de fevereiro de 2026

de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor da UNICAMP.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE SUPRIMENTOS
EDITAL

Aprovado segundo Parecer PG
nº 343 de 10 de fevereiro de
2026, e Despacho PG nº 574
de 10 de fevereiro de 2026

decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. Da impugnação do edital e do pedido de esclarecimento

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica pelo link <https://www.dga.unicamp.br/referencias/solicitacao-esclarecimentos-impugnacao-vistas-processos-licitacao>

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. Das disposições gerais

11.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

11.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 11.2.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE SUPRIMENTOS
EDITAL

Aprovado segundo Parecer PG
nº 343 de 10 de fevereiro de
2026, e Despacho PG nº 574
de 10 de fevereiro de 2026

11.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

11.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

11.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos no subitem anterior por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

11.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

11.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 6.1 deste Edital.

11.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

11.2.1.5.1.a apresentação do(s) documento(s) que o adjudicatário, à época do certame licitatório, houver se comprometido a exibir por ocasião da celebração da contratação por meio de declaração específica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo;

11.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o contratante, caso se trate de sociedade cooperativa;

11.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

11.2.2.2. O prazo para assinatura previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

11.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

11.2.4. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2.5. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE SUPRIMENTOS
EDITAL

Aprovado segundo Parecer PG
nº 343 de 10 de fevereiro de
2026, e Despacho PG nº 574
de 10 de fevereiro de 2026

de expediente na Administração.

11.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

11.13. Os casos omissos da presente licitação serão solucionados pelo Pregoeiro.

11.14. Para agilizar os procedimentos relativos ao empenhamento das despesas resultantes das futuras contratações, recomenda-se que o licitante informe, na proposta, a Agência do Banco do Brasil S/A em que mantém conta corrente, bem como o seu número, para que os pagamentos ocorram em conformidade com o disposto neste Edital.

11.15. As propostas sem a expressa indicação de prazos e/ou condições estabelecidas neste Edital serão consideradas ratificadas, nos termos do presente, pelos licitantes.

11.16. Com a apresentação da proposta, a proponente assume, independentemente de Declaração que:

11.16.1. tem ciência dos impedimentos à contratação com a Universidade Estadual de Campinas, previstos na Lei estadual nº 12.799/08 – CADIN ESTADUAL;

11.16.2. tem pleno conhecimento das disposições contidas no Edital e seus Anexos, bem como no Manual da Divisão de Segurança do Trabalho - DSTr/DGRH (disponível no site https://www.dgrh.unicamp.br/wp-content/uploads/sites/18/2018/01/man_dsso_seguranca.pdf).

11.17. Para dirimir as questões oriundas do presente Edital, não resolvidas na esfera administrativa, é competente o Foro da Comarca de Campinas, por mais privilegiado que outro seja.

11.18. O resultado do presente certame será divulgado no Diário Oficial do Estado de São Paulo - D.O.E. e nos endereços eletrônicos: no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

11.19. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE SUPRIMENTOS
EDITAL**

Aprovado segundo Parecer PG
nº 343 de 10 de fevereiro de
2026, e Despacho PG nº 574
de 10 de fevereiro de 2026

- 11.19.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 11.19.2. ANEXO II – Pesquisa de Mercado
- 11.19.3. ANEXO III – Dados de Energia e Saneamento/2024
- 11.19.4. ANEXO IV – Planta Baixa Restaurante do IB
- 11.19.5. ANEXO V – Condições de realização de Vistoria prévia
- 11.19.6. ANEXO VI – Tabela de conversão de lances
- 11.19.7. ANEXO VII - Minuta de contrato

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Universidade Estadual de Campinas

Anexo I - Termo de Referência

Unidade/Órgão: Prefeitura Universitária

Responsável pela elaboração: Diogo L. G. Martins

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS TÉCNICO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Permissão de Uso onerosa e intransferível de Espaço Físico, a título precário, para a exploração de estabelecimento comercial no ramo de alimentação, do tipo restaurante, denominado **Restaurante e Lanchonete do Instituto de Biologia**, localizado na Rua Sérgio Buarque de Holanda, S/Nº - Cidade Universitária "Zeferino Vaz", Campus Unicamp em Campinas/SP, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR TAXA ADMINISTRATIVA MENSAL
1	Permissão de uso de espaço físico a título precário, onerosa, para exploração comercial no ramo de alimentação, do tipo restaurante, denominado Restaurante e Lanchonete do IB	19356	unidade	1	R\$ 9.720,00

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como de natureza comum.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviço de luxo, conforme Decreto nº 67.985 do Estado de São Paulo, de 27 de setembro de 2023.



Universidade Estadual de Campinas

Anexo I - Termo de Referência

Unidade/Órgão: Prefeitura Universitária

Responsável pela elaboração: Diogo L. G. Martins

1.4. VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

1.4.1. A vigência se dará a partir da Vistoria de Entrega das Chaves realizado pela área de INFRAESTRUTURA da ESS/Prefeitura, através da assinatura do Termo de Entrega das Chaves.

1.4.2. **O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) meses contados da data da assinatura do Termo de Entrega das Chaves, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do inciso I, Artigo 110 da Lei nº 14.133, de 2021.**

1.4.2.1. O contrato inicial de 30 (trinta) meses justifica-se pela necessidade de assegurar ao permissionário, tempo suficiente para recuperar os investimentos realizados.

1.5. SUBCONTRATAÇÃO

1.5.1. A Permissionária **NÃO** poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação se justifica na necessidade de um operador para explorar o espaço físico denominado **Restaurante e Lanchonete do IB**, localizado no **Instituto de Biologia**, para atender a comunidade acadêmica local e das adjacências, oferecendo aos alunos, professores e funcionários um espaço para alimentação, sem que a universidade tenha que arcar com os custos de operação. O **Instituto de Biologia** conta com aproximadamente **1.800 frequentadores**, dentre alunos, funcionários, docentes e visitantes, que inicia as atividades diariamente às 07h00, e que perduram até às 23h00, inclusive aos sábados, domingos e feriados. A contratação da permissão de uso que irá explorar o **Restaurante e Lanchonete do IB**, que faz parte do **Projeto Rede de Espaços de Alimentação e Convívio (PREAC)**, que foi idealizado para otimizar os espaços de convivência na universidade e facilitar aos usuários a busca por pontos de alimentação e garantir que o deslocamento seja no máximo de 250 metros, independentemente localização da pessoa no campus.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA: 29315.00/2025;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A proposta consiste na contratação da permissão de uso onerosa, para a instalação e operação do espaço denominado **Restaurante e Lanchonete da Biologia**, localizado no **Instituto de Biologia**, com área total de **276,00/m²**, sendo **215,00 /m² de área útil**; Por se tratar de edificação construída a aproximadamente quinze (15) anos, será necessário realizar reformas e/ou adequações, conforme descritas no **Subitem 9.1. "Para início das atividades será necessário"**.



Universidade Estadual de Campinas

Anexo I - Termo de Referência

Unidade/Órgão: Prefeitura Universitária

Responsável pela elaboração: Diogo L. G. Martins

3.2. Arquivos relacionados:

- 3.2.1. Anexo II - Pesquisa de Mercado;
- 3.2.2. Anexo III - Dados de Energia e Saneamento;
- 3.2.3. Anexo IV - Planta Geral Infraestrutura;

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 4.1.1. Não será exigida documentação de qualificação técnica das licitantes.

5. LOCAL, HORÁRIO e ESTIMATIVA DE PÚBLICO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.

5. 1. LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.

- 5.1.1. No **Instituto de Biologia (IB)**, a Rua Sérgio Buarque de Holanda, S/Nº - Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, Campus Unicamp - Campinas/SP.
- 5.1.2. O horário de funcionamento do **Restaurante e Lanchonete do IB**, será de segunda a sexta-feira, das 07h00 às 22h00 e aos sábados das 08h00 às 13h00 e no período de férias escolares, de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 20h00, e fechado aos sábados.
- 5.1.2.1. Eventuais modificações serão registradas por meio de Termo Aditivo.

5. 2. Da estimativa de público.

- 5.2.1. O **Restaurante e Lanchonete do IB** é destinado para atender a comunidade do Instituto de Biologia e Adjacências, que é composta por **MIL E OITOCENTOS (1.800)** possíveis usuários, dentre docentes, discentes, funcionários e visitantes que circulam pelo local diariamente.

5.3. MEDIÇÃO

- 5.3.1. A avaliação do serviço da Permissão de Uso será realizada mediante verificação do cumprimento das exigências de caráter técnico definidas neste Termo de Referência.

5.4. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA DO SERVIÇO (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133 de 2021).

- 5.4.1. Não se aplica à presente contratação condições de garantia e assistência técnica.

6. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E REMUNERAÇÕES.

- 6.1. Será vencedora do certame a licitante que ofertar o maior valor, o qual não poderá ser inferior a taxa administrativa mensal sugerida, **devendo, a licitante, considerar no valor ofertado os custos que terá com a realização das reformas e/ou adequações necessárias para o início de atividades, conforme previstas no subitem 9.1. “Para início das atividades será necessário realizar reformas e/ou adequações”.**
- 6.2. **PESQUISA DE MERCADO** - Para estimar o valor desta contratação foi elaborado pesquisa junto a vários grupos imobiliários de Campinas, de espaços comerciais



Universidade Estadual de Campinas

Anexo I - Termo de Referência

Unidade/Órgão: Prefeitura Universitária

Responsável pela elaboração: Diogo L. G. Martins

convencionais e similares ao do objeto desta contratação. Como critério, foi considerado espaços com metragens aproximadas e características semelhantes ao do Restaurante e Lanchonete do IB, próximos a universidade e na região central de Barão Geraldo, áreas consideradas nobres.

6.2.1. Divisão de Uso e Ocupação do Solo/DUOS: Para compor o valor desta contratação, também foi considerado o **Decreto da Prefeitura Municipal de Campinas nº 23.724 de 31 de dezembro de 2024**, que dispõe sobre a fixação de preços para uso e ocupação de solo público em Barão Geraldo “zona nobre”, para o ano de 2025.

6.2.1.1. Para esta contratação estamos sugerindo o valor mínimo como taxa administrativa mensal **R\$ 9.720,00 (Nove Mil, Setecentos e Vinte Reais)**, valor arredondado, que corresponde à média dos valores apurados entre a Pesquisa de Mercado e os preços praticados pela Prefeitura Municipal de Campinas, por metro quadrado, para o uso e ocupação do solo público no distrito de Barão Geraldo, que corresponde a **R\$ 45,20/m² (Quarenta Cinco Reais e Vinte Centavos)**, o metro quadrado/m².

6.2.2. Nos meses de janeiro e julho (recesso escolar), o valor da remuneração do uso do espaço físico (taxa de administração) não será cobrado, sendo que nos demais meses deverá ser pago 100% do valor da taxa de administração em vigor.

6.3. TAXAS CONSERVAÇÃO: Corresponde às despesas de consumo de água/esgoto e energia elétrica, apuradas mensalmente através da leitura dos medidores individuais instalados e realizada pela Divisão de Água e Energia da Prefeitura Universitária, cuja cobrança se dará através de boleto único, emitidos pela universidade, com valores discriminado, como **TAXA ADMINISTRATIVA, TAXA SANEAMENTO e TAXA ENERGIA.**

6.3.1. A tarifação para fornecimento de água tratada, coleta, afastamento e tratamento de esgoto, aplicados aos permissionários em 2025, conforme RESOLUÇÃO ARES-PCJ Nº 605, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024, baseado na composição acima é de **R\$ 101,80 (Cento e Um Reais e Oitenta Centavos)**, o metro cúbico (m³), conforme Informação DAE/Prefeitura - Dados de Energia e Saneamento.

6.3.2. A tarifação para fornecimento de Energia Elétrica, considerando a Universidade ser consumidor livre, a composição dos custos de energia apresenta participação em torno de 2/3 referente ao contrato de compra e 1/3 a contrato com a concessionária de energia onde variam mês a mês em decorrência das variáveis do contrato de uso do sistema de distribuição.

6.3.2.1. Os valores atualmente aplicados (2025) aos permissionários baseados na composição acima são de **R\$ 0,29 (Vinte Nove Centavos)**, o



Universidade Estadual de Campinas

Anexo I - Termo de Referência

Unidade/Órgão: Prefeitura Universitária

Responsável pela elaboração: Diogo L. G. Martins

Kilowatts/hora (Kwh), conforme Informação DAE/Prefeitura - Dados de Energia e Saneamento.

6.4. As cobranças das Taxas de Administração e Conservação, iniciam a partir da assinatura do Termo de Entrega das Chaves, que deverão ser pagas mensalmente à Unicamp até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao vencimento.

6.4.1. A taxa de administração consiste no valor correspondente à remuneração pelo uso do espaço físico.

6.4.2. A taxa de conservação consiste nas despesas de água/esgoto e energia elétrica.

7. VISTORIA

7.1. É imprescindível a avaliação prévia do local para conhecimento pleno das condições e peculiaridades do local e do objeto desta Permissão de Uso, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, no seguinte período:

7.1.1. Serão disponibilizados datas e horários diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

7.1.2. Caberá a cada licitante providenciar o agendamento da visita técnica a que se refere o subitem anterior, devendo fazê-lo com até dois (2), dias úteis de antecedência em relação à data do agendamento pretendido, por meio de solicitação dirigida ao endereço eletrônico: **pcomerc@unicamp.br**.

7.1.3. As vistorias serão realizadas de segunda a sexta-feira, no período da manhã às 09h00, 10h00 e 11h00 e no período da tarde às 14h00, 15h00 e 16h00, com duração máxima de 45 (quarenta e cinco) minutos, tolerando-se atraso de no máximo 15 (quinze) minutos.

7.1.4. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.1.5. Cada Licitante, poderá designar no máximo 2 (dois) representantes para o acompanhamento da visita técnica agendada.

7.1.6. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.1.7. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO



Universidade Estadual de Campinas

Anexo I - Termo de Referência

Unidade/Órgão: Prefeitura Universitária

Responsável pela elaboração: Diogo L. G. Martins

8.1. Condições de execução

- 8.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 8.1.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 8.1.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 8.1.4. Após a assinatura do Contrato de Permissão de Uso, o permissionário deverá agendar com a **Prefeitura/Pontos Comerciais**, no endereço eletrônico pcomerc@unicamp.br, em até 10 dias úteis da assinatura de contrato, reunião para tratar da **Vistoria de Entrega das Chaves** e demais procedimentos necessários/obrigatórios para as reformas e/ou adequações, prazos e demais informações acerca das obrigações contratuais e dos mecanismos de fiscalização.
- 8.1.5. No ato da **Vistoria de Entrega das Chaves** o permissionário irá assinar e receber as chaves do **Restaurante e Lanchonete da Biologia**, através do **Termo de Entrega das Chaves**, e deverá adotar as providências necessárias para executar as reformas e/ou adequações conforme previstas neste Termo de Referência, no **subitem 9.1. "Para início das atividades será necessário realizar as reformas e/ou adequações"**.
 - 8.1.5.1. A partir da assinatura do termo o permissionário passa a ser o responsável pelo espaço e demais obrigações previstas neste Termo de Referência.

9. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA PERMISSÃO DE USO

9.1 Para início das atividades o permissionário deverá realizar reformas e/ou adequações:

- 9.1.1. Revisar e substituir piso tátil danificados e regularizar desníveis e degraus;
- 9.1.2. Revisar e substituir pisos e revestimentos danificados/trincados por igual ou próximo ao utilizado.
- 9.1.3. Revisar e regularizar trincas e/ou fissuras nas paredes e teto;
- 9.1.4. Revisar e substituir interruptores/tomadas/espelhos de tomadas elétricas danificados por igual ou próximo ao utilizado;
- 9.1.5. Executar pinturas interna e externa de paredes, teto e corrimões;
- 9.1.6. Revisar e substituir pias, cubas, lavatórios, mictórios danificados e/ou desgastados e regularizar possíveis vazamentos e/ou substituir torneiras, registros, sifões, engates, assentos, barras de apoio e outros, ao perfeito estado e funcionamento;



Universidade Estadual de Campinas

Anexo I - Termo de Referência

Unidade/Órgão: Prefeitura Universitária

Responsável pela elaboração: Diogo L. G. Martins

- 9.1.7. Revisar e substituir portas, janelas, telas, fechaduras, maçanetas e vidros danificados e/ou quebrados ao perfeito estado e funcionamento.
- 9.1.8. Revisar e sanar possíveis intercorrências nas redes hidráulica e elétrica, reservatório de água, caixa de gordura e telhado;
- 9.1.9. Providenciar as adequações apontadas pela **ESS/Infraestrutura** durante a Vistoria de Entrega das Chaves, tenham elas apontadas ou não nos subitens anteriores, mas necessários ao perfeito desenvolvimento das atividades fins, conforme previstos nas legislações vigentes.

9.2. As despesas com as reformas e/ou adequações relacionadas no item 9.1. deverão ser consideradas no valor ofertado, conforme descrito no Item 6. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E REMUNERAÇÕES.

9.2.1. O prazo para execução das reformas e/ou adequações estabelecidas no subitem 9.1. é de trinta (30) dias corridos, podendo ser prorrogado por igual período, devidamente justificado e conforme entendimentos da área técnica da Prefeitura Universitária.

9.2.1.1. As reformas e/ou adequações deverão ser executadas de segunda a sexta-feira, no horário das 07:00hs às 18:00hs. Para executar trabalhos fora do horário determinado, deverá ser solicitado autorização prévia da Prefeitura Universitária, com concordância da direção do Instituto de Biologia.

9.2.2. Para Empresas Contratadas, Subcontratadas, Profissionais autônomos e demais fornecedores de serviços envolvidos na execução das obras, reformas e/ou adequações, será necessário atender a todos os requisitos e procedimentos, descrito no Manual de Segurança da DGRH/DSTr, conforme link abaixo:
https://www.dgrh.unicamp.br/wpcontent/uploads/sites/18/2018/01/man_dsso_seguranca.pdf

9.2.3. Qualquer alteração ou benfeitoria realizada à revelia da Prefeitura Universitária, exigirá o imediato reparo por parte do permissionário, sob suas expensas, de modo a restaurar as condições anteriores à alteração, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

9.3. OBRAS A SEREM EXECUTADAS PELA PREFEITURA UNIVERSITÁRIA.

9.3.1. Por se tratar de edificação com quinze (15) anos de construção, foi identificado pela Áreas Técnicas da Prefeitura Universitária, a necessidade de readequar as redes de energia elétrica e de água/esgoto do Restaurante e Lanchonete da Biologia/IB.

9.3.2. Serão executados pela Prefeitura Universitária:

9.3.2.1. Uma entrada de energia exclusiva, com poste padrão trifásico, categoria C4, disjuntor de proteção de 125 A e capacidade máxima instalada de 47 kVA. Sua interligação será realizada na rede de



Universidade Estadual de Campinas

Anexo I - Termo de Referência

Unidade/Órgão: Prefeitura Universitária

Responsável pela elaboração: Diogo L. G. Martins

distribuição de baixa tensão da Universidade, em substituição à atual, que deriva do Instituto de Biologia;

9.3.2.2. A instalação/substituição do atual de quadro de energia por outro atualizado conforme demanda ofertada e especificado no subitem 9.9. Instalações Elétricas;

9.3.2.3. A instalação de nova rede água potável em substituição a atual, que deriva do Instituto de Biologia por outra derivada da rede pública;

9.3.2.4. A instalação/substituição do atual medidor de água por outro atualizado;

9.3.2.5. A instalação de nova caixa de gordura conforme padrão SANASA.

9.3.3. PARA MIGRAR AS NOVAS REDES.

9.3.3.1. Concluída as obras especificadas no subitem 9.3.2., será necessário que o permissionário, se estiver em funcionamento, **PARALISE** as atividades do Restaurante e Lanchonete do IB, para que as equipes técnicas da Prefeitura Universitária procedam com as adequações e execuções necessárias para interligar o Restaurante da Biologia/IB, as novas redes.

9.3.3.2. O prazo para que as adequações e/ou execuções aconteçam é de **DEZ (10) dias**, podendo ser prorrogado conforme entendimento e necessidade da área técnica;

9.3.3.2.1. O permissionário será comunicado previamente para que para que proceda com a **PARALIZAÇÃO AS ATIVIDADES**, se estiver em funcionamento, inclusive, com a remoção de produtos, materiais e equipamentos, que posso impactar no acesso e execução dos serviços pela área técnica.

9.3.3.2.2. A áreas técnicas da Prefeitura Universitária estarão trabalhando para que as obras e a migração as novas redes ocorram em períodos de recesso escolar (férias). possível.

9.4. Produtos que poderão ser comercializados no Restaurante e Lanchonete do IB:

9.4.1. Refeições;

9.4.2. Café expresso, leite, chocolate, chá e cappuccino;

9.4.3. Bolos embalados;

9.4.4. Pão de queijo, tortas e outros;

9.4.5. Refrigerante normal e diet;

9.4.6. Achocolatados e sucos em caixinha;

9.4.7. Salgados fritos e assados;

9.4.8. Sanduíches e lanches naturais;

9.4.9. Saladas embaladas e etiquetadas;

9.4.10. Frutas inteiras ou em partes em postes embalados e etiquetados;

9.4.11. Sucos industrializados;



Unidade/Órgão: Prefeitura Universitária

Responsável pela elaboração: Diogo L. G. Martins

- 9.4.12. Sanduíches e lanches no prato;
- 9.4.13. Sorvetes embalados;
- 9.4.14. Vitaminas;
- 9.4.15. Chicletes, Balas, Chocolates, Barrinhas de cereal/fibra, etc.

9.5. Produtos e equipamentos NÃO permitidos:

- 9.5.1. Bebidas alcoólicas;
- 9.5.2. Artigos de tabacaria/fumígenos;
- 9.5.3. Bilhetes lotéricos e/ou jogos de azar, caça níqueis e outros do gênero;
- 9.5.4. Medicamentos;
- 9.5.5. Cargas ou recargas de créditos de qualquer tipo;
- 9.5.6. Propagandas através de Wind flag, fly banner, flag banner ou bandeira banner;
- 9.5.7. Propagandas através de Infláveis ou biruta;
- 9.5.8. Equipamentos de som ou painéis eletrônicos de propaganda.

9.6. Equipamentos autorizados para o desenvolvimento das atividades:

- 9.6.1. Todos os equipamentos elétricos necessários para o desenvolvimento das atividades fins, deverão ser nas voltagens/amperagem indica, sendo que a **demanda total máxima deverá ser de 47 kva**, conforme categoria C4 da instrução técnica CPFL 13 e descritos a seguir:
 - 9.6.1.1. Forno micro-ondas 1400w;
 - 9.6.1.2. Forno elétrico 2000w
 - 9.6.1.3. Fogão a gás com dispositivo para retenção de gordura (coifa exaustor).
 - 9.6.1.4. Chapa a gás com dispositivo para retenção de gordura (coifa exaustor).
 - 9.6.1.5. Máquinas de café 1400w;
 - 9.6.1.6. Máquina de sucos 1400w;
 - 9.6.1.7. Balcão refrigerado com expositor, tomada TUG;
 - 9.6.1.8. Balcão self-service quente/frio (com controle de temperatura proteção contra respingo), 2000w;
 - 9.6.1.9. Balcão frigorífico e/ou câmara fria (material liso, resistente, de fácil limpeza, sem acúmulo de gelo), 1000w;
 - 9.6.1.10. Freezer, tomada TUG;
 - 9.6.1.11. Liquidificador, tomada TUG;
 - 9.6.1.12. Batedeira, tomada TUG;
 - 9.6.1.13. Estufa com dispositivo de controle de temperatura, 1000W;
 - 9.6.1.14. Fritadeira elétrico com dispositivo para retenção de gordura (coifa/exaustor), 5000w;
 - 9.6.1.15. Máquina de lavar pratos, 1500w.
 - 9.6.1.15.1. Para o cálculo de demanda foram utilizadas as tabelas GED-13 CPFL, versão 2.28 de 24/10/2022.
 - 9.6.1.15.2. Equipamentos não identificados com a máxima potência, poderá ser ligado em tomada de uso geral (TUG).



Universidade Estadual de Campinas

Anexo I - Termo de Referência

Unidade/Órgão: Prefeitura Universitária

Responsável pela elaboração: Diogo L. G. Martins

9.6.1.15.3. Equipamentos do item 7.4.1.4. (chapa) e 7.4.14. (Fritadeira), deverão utilizar os circuitos específicos, de acordo com a potência do equipamento. O uso indevido será de responsabilidade do permissionário.

9.6.2. A utilização de qualquer equipamento não mencionado neste item estará sujeita à prévia autorização da Prefeitura Universitária;

9.6.3. Os equipamentos deverão ser adquiridos pelo permissionário e deverão estar em bom estado de conservação;

9.6.4. Deverá ser adquirida pelo permissionário e disponibilizadas mesas e cadeiras para uso do público;

9.6.5. Instalações Elétricas:

9.6.5.1. Quadro de Energia - Entrada.

9.6.5.2. Padrão de energia com caixa de medição tipo III categoria C4 com dispositivo de proteção trifásica de 125A.

9.6.5.3. Após Vistoria de Entrega das Chaves, o permissionário deverá apresentar a relação de todos os equipamentos que irá utilizar, especificando a potência, a voltagem e o tempo de utilização, para verificação, validação e enquadramento na demanda total de energia disponibilizada.

9.6.5.4. **Caso o permissionário necessite de demanda total superior a 47kva, deverá proceder conforme especificado no Item 10. Adequações e melhorias não previstas no Termo de Referência;**

9.7. Documentos de apresentação obrigatória para a Liberação das Atividades:

9.7.1. A Permissionária deverá requerer junto ao Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, as autorizações necessárias para funcionamento.

9.7.1.1. Atendimento ao Decreto Estadual 63.911/2018, 10 de dez. de 2018, do CORPO DE BOMBEIROS, que institui o Regulamento de Segurança Contra Incêndios das edificações e áreas de risco no Estado de São Paulo e dá providências correlatas.

9.7.1.2. Atendimento a Instrução Técnica Nº 01/2019 - Procedimentos Administrativos do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo (CBPMESP).

9.7.1.3. Atendimento a Instrução Técnica Nº 42/2020 - Projeto Técnico Simplificado do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo (CBPMESP).

9.7.1.4. Regularização do estabelecimento perante o Corpo de Bombeiros, para obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros/AVCB ou o Certificado de Licença do Corpo de Bombeiros/CLCB, em separado.

9.7.2. A Permissionária deverá requerer junto a Prefeitura Municipal de Campinas, as autorizações necessárias para funcionamento.



Universidade Estadual de Campinas

Anexo I - Termo de Referência

Unidade/Órgão: Prefeitura Universitária

Responsável pela elaboração: Diogo L. G. Martins

9.7.2.1. Regularização do estabelecimento junto ao DUOS - Departamento de Urbanismo e Ocupação de Solo, para obtenção do **Alvará de Funcionamento**, que deverá ser fixado em local visível para eventual fiscalização.

9.7.2.2. Regularização do estabelecimento junto a DIVISA - Divisão de Vigilância Sanitária, para obtenção da **Licença de Funcionamento** que deverá ser fixado em local visível para eventual fiscalização.

9.7.3. O Permissionário deverá atender a todas as solicitações da Equipe Sanitária/ESS da UNICAMP, referente às normas e legislações vigentes, necessárias para a LIBERAÇÃO das atividades e posterior, em FISCALIZAÇÃO de rotina durante a vigência do Contrato de Permissão de Uso.

9.7.3.1. ESS/Segurança do Trabalho (ST):

9.7.3.1.1. Apresentar cópia do **Contrato de Permissão de Uso**;

9.7.3.1.2. Apresentar cópia do **Contrato Social da empresa**;

9.7.3.1.3. Apresentar **LTCAT - Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho**, em nome da empresa, devidamente assinado pelo responsável técnico e representante legal da empresa.

9.7.3.1.4. Apresentar **PGR - Programa de Gerenciamento de Riscos**, em nome da empresa, devidamente assinado pelo responsável técnico e responsável legal da empresa.

9.7.3.1.5. Apresentar **PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional**, em nome da empresa, devidamente assinado pelo responsável técnico e responsável legal da empresa.

9.7.3.1.6. Apresentar as **FICHAS DE REGISTRO** dos funcionários contratados pela CLT e através da **Carteira de Trabalho da Previdência Social - CTPS**;

9.7.3.1.7. Apresentar as fichas de **EPI's - Equipamentos de Proteção Individual**, entregues ao(s) funcionário(s), devidamente preenchidas e assinadas pelo colaborador e empregador.

9.7.3.1.8. Apresentar **ASO - Atestado de Saúde Ocupacional**, de exames periódicos, admissionais, demissionais, de retorno ao trabalho, e de mudança de função que venham a ocorrer do(s) funcionário(s), conforme o contido no art. 8º, da Portaria CVS 05/2013;

9.7.3.2. Proteção e Prevenção Contra Incêndios (SPCI):

9.7.3.2.1. Apresentar o **AUTO DE VISTORIA** ou o **CERTIFICADO DE VISTORIA** do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo,



Universidade Estadual de Campinas

Anexo I - Termo de Referência

Unidade/Órgão: Prefeitura Universitária

Responsável pela elaboração: Diogo L. G. Martins

obtido em separado em nome da empresa e no endereço da Permissão de Uso.

9.7.3.2.2. Para o uso de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), apresentar o **LAUDO DE ESTANQUEIDADE** elaborado e assinado por empresa/profissional habilitado.

9.7.3.2.3. Apresentar a **ART - Anotação de Responsabilidade Técnica** e/ou o **RRT - Registro de Responsabilidade Técnica**, do profissional responsável pela emissão do laudo de estanqueidade.

9.7.3.2.4. Durante o contrato de permissão de uso o permissionário deverá manter os extintores de incêndios carregados, dentro da validade e em perfeito estado de funcionamento.

9.7.3.2.5. Durante o contrato de permissão de uso o permissionário deverá manter as iluminações de emergência funcionando e em perfeito estado.

9.7.3.2.6. Apresentar cópia do **Contrato Social da Empresa**.

9.7.3.3. ESS/Alimentação (DA):

9.7.3.3.1. Apresentar a **Licença de Funcionamento** da Vigilância Sanitária da DIVISA de Campinas;

9.7.3.3.2. Apresentar o **Alvará de Funcionamento** do DUOS da Prefeitura Municipal de Campinas;

9.7.3.3.3. A apresentar no decorrer do contrato comprovante de descarte de óleo inservível;

9.7.3.3.4. Apresentar no decorrer do contrato comprovante de limpeza caixa de gordura;

9.7.3.3.5. Apresentar o **Manual de Boas Práticas na Manipulação de Alimentos**, em nome da empresa, devidamente assinado pelo responsável técnico e responsável legal da empresa.

9.7.3.3.6. Atender o **Art. 68, da CVS nº 05/2013**, que trata da higienização do reservatório de água que deve ser executada conforme métodos recomendados por instituições qualificadas, e realizada a cada 6 meses, ou na ocorrência de acidentes que possam contaminar a água, tais como queda de animais, sujeira, enchentes, entre outros.

9.7.3.3.7. Apresentar no decorrer do contrato de permissão de uso, e durante as vistorias de fiscalização, as Notas fiscais (DANFE) e/ou Cupons Fiscais (CF), para comprovar a origem das mercadorias e produtos adquiridos e comercializados.

9.7.3.4. ESS/Meio Ambiente (DMA):



Universidade Estadual de Campinas

Anexo I - Termo de Referência

Unidade/Órgão: Prefeitura Universitária

Responsável pela elaboração: Diogo L. G. Martins

- 9.7.3.4.1. Utilizar para o acondicionamento de lixo, sacos plásticos resistentes, na cor preta, com capacidade de 100 litros, sanfonado, com solda dupla nas emendas, dimensões planas de 75 cm de largura x 105 cm de altura e espessura de 0,075 mm.
- 9.7.3.4.2. O lixo gerado deverá ser separado em lixo reciclável e não reciclável e ser encaminhado, separadamente, para o ponto de coleta a ser indicado pela Prefeitura Universitária;
- 9.7.3.4.3. Quando da existência, nos locais de execução dos serviços, de Programa de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos, a(o) permissionária(o) deverá colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa, atendendo as orientações da Prefeitura Universitária na coleta, separação e destinação que se dá dentro do Campus destes materiais.
- 9.7.3.4.4. Durante o contrato de permissão de uso, o permissionário deverá apresentar o comprovante da execução dos serviços de controle de pragas, desinsetização e desratização, realizados por empresa detentora de Licença de Funcionamento, na validade, e Termo de Responsabilidade Técnica (TRT), que deverá ser executado de seis em seis meses ou a critério da DMA Prefeitura.

9.7.3.5. ESS/Divisão de Água e Energia (DAE)

- 9.7.3.5.1. Durante o contrato de permissão de uso, o permissionário deverá apresentar o comprovante da execução dos serviços de limpeza de caixa de gordura realizados por empresa detentora de Licença de Funcionamento, na validade, e Termo de Responsabilidade Técnica (TRT), que deverá ser executado de seis em seis meses ou a critério da área técnica da Prefeitura Universitária (DAE - Prefeitura).
- 9.7.3.5.2. O Permissionário deverá apresentar o Diagrama Unifilar atualizado, conforme sua necessidade e em atendimento à NBR 5410.
- 9.7.3.5.3. O Permissionário deverá apresentar a Declaração de Carga com Demanda Calculada, sendo a demanda máxima permitida de 47 kVA.
- 9.7.3.5.4. O Permissionário deverá apresentar o Atestado de Conformidade das Instalações Elétricas e de Aterramento, conforme modelo do Anexo A da IT 41/2025 do Corpo de Bombeiros.
- 9.7.3.5.5. O Permissionário deverá apresentar o documento de responsabilidade técnica da instalação elétrica (ART ou TRT),



Universidade Estadual de Campinas

Anexo I - Termo de Referência

Unidade/Órgão: Prefeitura Universitária

Responsável pela elaboração: Diogo L. G. Martins

a qual deverá abranger os seguintes itens: Diagrama elétrico atualizado; Declaração de carga instalada e demanda Calculada; Atestado das instalações elétricas e de aterramento.

9.7.3.6. ESS/ Infraestrutura (DM)

9.7.3.6.1. Durante o contrato de permissão de uso, o permissionário deverá atender as solicitações e/ou apontamentos da área técnica relacionadas a infraestrutura predial, interna e externa do imóvel, relativas a hidráulica, elétrica e estrutural.

9.7.3.7. ESS - Escritório Projetos Especiais e Acessibilidade:

9.7.3.7.1. Atender as solicitações e/ou apontamentos da área técnica relacionadas a acessibilidade e, em especial, norma ABNT NBR 9050.

9.7.4. EQUIPE SANITÁRIA E DE SEGURANÇA/ESS - Prefeitura Universitária

9.7.4.1. A Equipe Sanitária e de Segurança (ESS) da Prefeitura Universitária poderá, a qualquer tempo, realizar vistorias e/ou fiscalização no Restaurante e Lanchonete da Biologia, e se em desconformidade com as condições aqui fixadas, solicitará as providências necessárias, sendo que a não regularização no prazo estipulado pela Equipe, sujeitará o permissionário às penalidades dispostas no contrato.

10. ADEQUAÇÕES E MELHORIAS NÃO PREVISTAS NO TERMO DE REFERÊNCIA;

10.1. Havendo interesse do permissionário em realizar obras, reformas, adequações ou ampliações não previstas no Termo de Referência, deverá:

10.1.1. Apresentar declaração em nome da empresa, datado e assinado pelo responsável, declarando estar ciente e de acordo com as informações contidas no Item **10. Adequações e melhorias não previstas no Termo de Referência, subitens 10.2., 10.3. e 10.4.**

10.1.2. Empresas contratadas para executar obras, reformas e/ou adequações, será necessário atender aos requisitos e procedimentos Segurança do Trabalho, conforme descrito no subitem 9.2.2.

10.2. Para LAYOUT - Apresentar os projetos proposto para o espaço físico, em conformidade com a legislação vigente, elaborados pelo Permissionário, à Prefeitura Universitária em até trinta (30) dias após a assinatura do contrato, para autorização antes da execução; Os projetos deverão seguir todas as NBRs e leis vigentes de construção civil.

10.2.1. O permissionário deverá apresentar os projetos e outros documentos e aguardar a análise e antes da execução. Apresentar os projetos e memoriais descritivos por especialidades, em duas vias, assinadas pelo



Universidade Estadual de Campinas

Anexo I - Termo de Referência

Unidade/Órgão: Prefeitura Universitária

Responsável pela elaboração: Diogo L. G. Martins

permissionário e responsável técnico, acompanhado das ARTs (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRTs (Registro de Responsabilidade Técnica perante o CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo) de projetos e execução das obras dos espaços de alimentação e quaisquer anexos que fizerem parte do conjunto, que passará a ser parte integrante deste, recolhido e assinado;

10.2.1.1. Apresentar projeto executivo de arquitetura, estruturas e instalações elétricas e hidráulicas, com as devidas plantas baixa com elevações e cortes, cotados, especificando cores materiais e acabamento; planta baixa com Layout da localização de todos os equipamentos, em escala adequado (Arq. 1:50, demais 1:100, exceto detalhes ampliados) com pranchas dobradas em formato A4 e os arquivos digitais; fornecer o “as built” ao final dos trabalhos de obras;

10.2.1.2. Apresentar Projeto técnico de Combate ao Incêndio, havendo necessidade, aprovado pelo Corpo de Bombeiros, de acordo com o Decreto Estadual 63.911/2018/2001, bem como as respectivas instruções técnicas do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo e o AVCB e/ou CLCB - Auto ou Certificado de Vistoria do Corpo de Bombeiros;

10.2.1.2.1. Os projetos e as execuções deverão atender todas as normas ABNT - NBR voltadas à construção Civil, Código de Obras vigente, o Código Sanitário Estadual e seguir as seguintes recomendações:

10.2.2. Arquitetura - atender as exigências de acessibilidade para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, conforme estabelecido nas Leis de acessibilidade e a Norma 9050; deverá observar as condições estabelecidas pelo Código Sanitário Estadual quanto às dependências;

10.3. Para Instalações Elétricas:

10.3.1. **Para demanda total superior a 47kva**, deverá apresentar para Divisão de Água e Energia/DAE - Prefeitura, projeto de adequação da instalação da elétrica anterior ao quadro medição. O Permissionário será responsável pelos custos de toda adequação elétrica, inclusive posto de transformação, que será incorporado ao patrimônio da Universidade, conforme previsto no Item 10. Adequações e Melhorias não previstas no Termo de Referência, subitens 10.1.1. e 10.1.2.; O projeto deverá atender as normas NBR 5410, Norma Técnica CPFL nº 2855, 2856, 2858, 2859 e 2861.

10.3.1.1. Instalação Elétrica Interna



Universidade Estadual de Campinas

Anexo I - Termo de Referência

Unidade/Órgão: Prefeitura Universitária

Responsável pela elaboração: Diogo L. G. Martins

10.3.1.1.1. O sistema elétrico com DR (diferencial e residual) deve estar conforme a NR (Norma Regulamentadora) 10; Instalar tomadas/canaletas próximas aos equipamentos, dimensionadas e ligadas aos quadros de força, conforme a NBR 5410/04 e NR 10 (preferencialmente por profissional habilitado);

10.4. Para Hidros sanitário (hidráulico):

10.4.1. Dimensionamento da entrada de água do edifício e do medidor em conformidade com a NBR 8194 e Especificação Técnica da Sanasa SAN.T.IN.NT 71.

10.4.2. Instalação de hidrômetro abrigado em conformidade com as Especificações Técnicas da Sanasa SAN.T.IN.NT 48, SAN.T.IN.FM 017 e 18. Para especificação do equipamento hidrômetro, deve-se consultar a Divisão de Água e Energia/DAE/Prefeitura, para verificação do padrão atual utilizado no campus.

10.4.2.1. Instalação de caixa d'água com reserva mínima de 24 horas conforme Norma 5626.

10.4.2.2. Considerando que a rede de distribuição de água potável pode trabalhar com pressão mínima de 100kPa (NBR 12218) edificações com 3 ou mais pavimentos e onde a entrada do Reservatório Elevado for superior a 10 metros de altura em relação ao passeio onde estará posicionado o hidrômetro, deverão possuir Reservatório Inferior e Elevado Conjugados ou consultar a Prefeitura/DAE sobre a pressão no local.

10.4.2.2.1. Cálculo das caixas de gordura conforme o padrão da NBR 8160/99 e SANASA SAN.T.IN.FM 003.

10.4.2.2.2. Instalação de arejadores supereconômicos que diminuam para 1,8 litros por minuto a vazão de água da torneira mantendo o conforto necessário de utilização para o usuário e podem ser instalados em modelos de torneiras compatíveis;

10.4.2.2.3. Instalação de bacias sanitárias e sistemas de descarga (caixa acoplada ou válvulas de descarga) com duplo acionamento - 3 e 6 litros por fluxo. Ressaltamos que no caso de a instalação de válvulas de descarga utilizar modelo antivandalismo e será necessária também a troca da bacia sanitária compatível com o sistema economizador.

10.4.2.2.4. Especial atenção ao atendimento da NBR 5626, item 5.5.3 referentes ao extravasor das caixas d'águas.



Universidade Estadual de Campinas

Anexo I - Termo de Referência

Unidade/Órgão: Prefeitura Universitária

Responsável pela elaboração: Diogo L. G. Martins

“Extravasão não perceptível - As tubulações de aviso dos reservatórios devem ser posicionadas de modo que qualquer escoamento ocorra em local e de forma prontamente constatável”. O projeto não deverá interligar ocultamente o extravasor das caixas d’águas em telhados/calhas/tubulações de queda/caixas de forma que não seja possível a visualização do vazamento.

10.4.2.2.5. As caixas de passagens das redes de esgoto do entorno das edificações devem ser providas de tampas foto dos modelos T33 ou DN 600 (Classe B para passeio e Classe D em locais de tráfego de veículos), não se deve utilizar laje de concreto considerando que na manutenção/intervenção as tampas são naturalmente danificadas.

10.4.2.2.6. As caixas de passagens das redes de esgoto do entorno das edificações deverão possuir canaleta de fundo conforme as Especificações Técnicas da Sanasa SAN.T.DC.05 e 07. Essas caixas não deverão trabalhar como fossas com tubulações elevadas ou fundo reto.

10.5. Da conclusão das obras, reformas e/ou adequações PREVISTAS e/ou NÃO PREVISTAS neste Termo de Referência.

10.5.1. Finalizada as obras, reformas e/ou adequações previstas e/ou não previstas neste Termo de Referência e validadas pela área de **Infraestrutura da Prefeitura/ESS**, será realizada pela **EQUIPE SANITÁRIA E DE SEGURANÇA/ESS**, a **Vistoria de Liberação das Atividades**;

10.5.1.1. Não havendo pendências, será autorizado o início das atividades.

10.5.1.2. Em caso de pendências, será concedido prazo para regularização conforme entendimento da área técnica;

11. MEDIÇÃO DA PERMISSÃO DE USO

11.1. A avaliação da execução do serviço de Permissão de Uso do **Restaurante e Lanchonete do IB**, será realizada mediante a verificação do cumprimento das exigências de caráter técnico definidas neste Termo de Referência.

12. ESPECIFICAÇÃO GARANTIA DO SERVIÇO (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.1. Não se aplica à presente contratação condições de garantia e assistência técnica.

13. PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1. A execução do contrato de permissão de uso será acompanhada e fiscalizada pela área de Pontos Comerciais da Prefeitura Universitária (fiscais de contrato),



Universidade Estadual de Campinas

Anexo I - Termo de Referência

Unidade/Órgão:	Prefeitura Universitária
Responsável pela elaboração:	Diogo L. G. Martins

assegurando que todos itens dispostos neste Termo de Referência sejam cumpridos.

13.2. Ao término do contrato, o permissionário deverá proceder com a desinstalação dos equipamentos e mobiliários por ele instalado.

13.3. Ao final do Contrato o permissionário deverá entregar o espaço livre e desimpedido de máquinas, equipamentos e estruturas (se houver), **e nas condições quando da Vistoria de Liberação das Atividades, conforme subitem 10.5.1.;**

13.3.1. Deverá realizar a pinturas de paredes, tetos e esquadrias, com materiais/tinta lavável e esmalte nas partes em metal/esquadrias;

13.3.2. Tapar os furos das paredes e pisos, utilizados para fixação de mobiliários e equipamentos;

13.3.3. Substituir pisos e azulejos danificados ou quebrados igual ou próximo ao utilizado;

13.3.4. Interruptores/tomadas/espelho e luminárias/lâmpadas em perfeito estado e funcionamento;

13.3.5. Pias, cubas, lavatórios, mictórios, torneiras, registros, sifões, engates, assentos e outros, em perfeito estado e funcionamento;

13.3.6. Portas/fechaduras/maçanetas e janelas/vitrôs/vidros em perfeito estado.

Prefeitura Universitária, 17 de julho de 2025.

Diogo L. G. Martins

Prefeitura Universitária

Pontos Comerciais



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
sigad.unicamp.br/verifica, informando o código verificador:
57A9C890 14174DDF 8545026D 159CC782





TERMO DE REFERÊNCIA

PERMISSÃO DE USO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

ADMINISTRATIVO

14. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

14.1. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) meses contados da data da assinatura do Termo de Entrega de Chaves, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do inciso I, Artigo 110 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. O serviço é enquadrado como continuado, sendo a vigência plurianual mais vantajosa.

14.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

14.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

14.4. As comunicações entre PERMITENTE e o PERMISSIONÁRIO devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

14.5. O PERMITENTE poderá convocar representante do PERMISSIONÁRIO para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

14.6. Após a assinatura do contrato, o PERMITENTE poderá convocar o representante do PERMISSIONÁRIO para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do PERMISSIONÁRIO, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

14.7. Antes do início da prestação dos serviços, o PERMISSIONÁRIO deverá entregar a documentação necessária à emissão de crachás, assim como a liberação pela Segurança do Trabalho, deverá ocorrer conforme disposto no Manual de Segurança da Divisão de Segurança do Trabalho - DStr/DGRH/UNICAMP, disponível no endereço eletrônico: https://www.dgrh.unicamp.br/wp-content/uploads/sites/18/2018/01/man_dsso_seguranca.pdf

14.7.1. O PERMISSIONÁRIO deverá atender às exigências relativas à segurança, higiene e saúde do trabalho, procedimentos internos à Universidade, assim como as regras estabelecidas pela legislação vigente, devendo participar do treinamento denominado Integração de Segurança do Trabalho, na Divisão de Segurança do Trabalho - DStr, seguindo as orientações contidas no Manual de Segurança do Trabalho.



TERMO DE REFERÊNCIA

PERMISSÃO DE USO

14.8. Garantia da Contratação

14.8.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

14.9. Fiscalização

14.9.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

14.9.2. O fiscal do contrato acompanhará a sua execução, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no ajuste, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, consoante as atribuições previstas no Art. 16 da [Resolução GR nº 14/2023](#).

14.10. Gestor do contrato

14.10.1. O gestor do contrato acompanhará a execução contratual, com apoio dos fiscais do contrato, assegurando o controle dos prazos do contrato; a manutenção das condições de habilitação do PERMISSIONÁRIO; a disponibilidade prévia de empenho, o pagamento, as garantias e as glosas; a formalização de apostilamento e termos aditivos, bem como as demais atribuições necessárias à plena execução do contrato estabelecidas no Art. 14 da [Resolução GR nº 14/2023](#).

15. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

DAS OBRIGAÇÕES DO PERMISSIONÁRIO QUANTO À REMUNERAÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

15.1. Medição

15.1.1. A medição obedecerá às condições contidas no Item 11 e subitens deste Termo de Referência.

15.2. Prazo de pagamento

15.2.1. O PERMISSIONÁRIO deverá pagar mensalmente à Unicamp até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao vencido a taxa de administração que consiste no valor correspondente à remuneração pelo uso do espaço físico, bem como as taxas de conservação consistentes nas despesas de água/esgoto e energia elétrica.



TERMO DE REFERÊNCIA

PERMISSÃO DE USO

15.2.2. O PERMITENTE fará a medição mensal do uso de água/esgoto e da energia elétrica, sendo que o valor apurado será lançado no mesmo boleto da taxa de administração para pagamento.

15.3. Forma de pagamento

15.3.1. O pagamento das taxas de administração e de conservação deverá ser realizado por meio de boleto bancário emitido pela Universidade.

16. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PERMISSIONÁRIO

16.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

16.1.1. O PERMISSIONÁRIO será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR VALOR DO LANCE, correspondente à maior oferta mensal da taxa de permissão de uso.

16.2. Regime de Execução

16.2.1. O regime de execução do contrato será empreitada por preço global.

16.3. Exigências de habilitação

16.3.1. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria- Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria- Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);
- d) Consulta de SANÇÕES do Estado de São Paulo: https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes_ui.aspx/ConsultaAdministrativaFornecedor.aspx ;
- e) Consulta de Relação de Apenados do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP): <https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apenados>;



TERMO DE REFERÊNCIA

PERMISSÃO DE USO

16.3.2. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os requisitos descritos nos itens seguintes, conforme sua natureza jurídica.

16.4. Habilitação jurídica

16.4.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

16.4.1.1. A pessoa física, se declarada vencedora, terá 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato para se transformar em pessoa jurídica.

16.4.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

16.4.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

16.4.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

16.4.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

16.4.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

16.4.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

16.4.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

16.4.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

16.5. Habilitação fiscal, social e trabalhista

16.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

16.5.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

16.5.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

16.5.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

16.5.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital e Municipal relativo ao domicílio ou sede do PERMISSIONÁRIO, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

16.5.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital e Municipal do domicílio ou sede do PERMISSIONÁRIO, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

16.5.7. Caso o PERMISSIONÁRIO seja considerado isento dos tributos Estadual ou Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

16.5.8. O PERMISSIONÁRIO enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

16.6. Qualificação Econômico-Financeira

16.6.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

16.6.2. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

16.7. Outras comprovações

16.7.1. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, mediante:

16.7.1.1 Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do PERMISSIONÁRIO até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão.

16.7.1.2 O PERMISSIONÁRIO vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

16.7.1.3 Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do artigo 15 da Lei nº 14.133, de 2021.



TERMO DE REFERÊNCIA

PERMISSÃO DE USO

16.7.1.4 A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

16.7.2. Será admitida a participação de cooperativas, mediante apresentação da seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no artigo 16 da Lei federal nº 14.133/2021:

16.7.2.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

16.7.2.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

16.7.2.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

16.7.2.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

16.7.2.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

16.7.2.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

16.7.2.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento aos subitens anteriores.

16.7.3. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

16.7.4. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

16.7.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

16.7.6. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o PERMISSIONÁRIO for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

16.7.7. Serão aceitos registros de CNPJ de PERMISSIONÁRIO matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.



TERMO DE REFERÊNCIA

PERMISSÃO DE USO

17. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

17.1. A taxa mínima mensal da contratação é de R\$ 9.720,00 (nove mil e setecentos e vinte reais), conforme valor unitário indicado na tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	TAXA ADMINISTRATIVA MÍNIMA MENSAL
1	Permissão de uso onerosa de espaço físico para exploração de estabelecimento comercial no ramo de alimentação, do tipo restaurante, denominado Restaurante e Lanchonete do Instituto de Biologia - IB	19356	unidade	1	R\$ 9.720,00

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável



Universidade Estadual de Campinas
Pesquisa de Mercado

Unidade/Órgão:

Prefeitura Universitária

Responsável pela elaboração:

Diogo L. G. Martins

ANEXO II

1. Pesquisa de Mercado

1.1. Realizada em maio/2025, com objetivo de se definir o valor do metro quadrado (m^2), a ser cobrado como “Taxa Administrativa” na contratação da **Permissão de Uso do Restaurante e Lanchonete do IB**. Os dados utilizados na pesquisa, reunidos nos quadros apresentados abaixo, foram extraídos de sítios eletrônicos de portais imobiliários, aplicando-se o filtro de localização para imóveis localizados no distrito de Barão Geraldo e nas proximidades da Universidade Estadual de Campinas.

Na consulta foram considerados apenas imóveis comerciais com características próximas à do Restaurante e Lanchonete do IB, que apresentam variedade de tamanho da área total e valor de locação. Para o cálculo, **NÃO** foram considerados valores de IPTU e condomínio em razão da Unicamp ser isenta deste tipo de tributo e de não estar inserida em condomínio.

1.2. No quadro, em AMARELO, os imóveis disponíveis para locação na região central de Barão Geraldo, com valor médio do metro quadrado de **R\$ 48,54** (quarenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos).

1.3. Em AZUL, os imóveis localizados nas proximidades da Unicamp (Cidade Universitária e Parque das Universidades), com valor médio do metro quadrado de **R\$ 45,03** (quarenta e cinco reais e três centavos).

2. Decreto Municipal

2.1. Também foi utilizado como parâmetro o decreto da **Prefeitura Municipal de Campinas** Nº 23.724 de 31 de dezembro de 2024, que dispõe sobre a fixação de preços públicos devidos a **SETEC - Serviços Técnicos Gerais**

pela ocupação do solo público para o exercício do comércio e instalações no município de Campinas, no ano de 2025.

2.1.1. Conforme decreto, na **Categoria G-1, utilizado como referência, para o Distrito de Barão Geraldo, estabelece o valor de R\$ 42,04 (quarenta e dois reais e quatro centavos), por metro quadrado (m²), para ocupação.**

3. Definição

3.1. Para se definir o valor do metro quadrado (m²), foram utilizadas no cálculo as médias apuradas no quadro demonstrativo em **AMARELO/R\$ 48,54**, para as locações na região central de Barão Geraldo, em **AZUL/R\$ 45,03**, para as locações no entorno da Universidade, e o valor praticado pela **SETEC/R\$ 42,04**.

3.1.1. Desta forma, foi possível definir para esta contratação o valor do metro quadrado (m²), em **R\$ 45,20** (quarenta e cinco reais e vinte centavos).

4. Justificativa

4.1. A taxa de R\$ 45,20/m² foi definida com base na ponderação entre as médias de locação obtidas para imóveis comerciais no centro de Barão Geraldo (**R\$ 48,54/m²**) e nas imediações da Unicamp (**R\$ 45,03/m²**) e o valor fixado pelo Decreto Municipal nº 23.724/2024 para a categoria G-1 em Barão Geraldo (**R\$ 42,04/m²**), de modo a garantir compatibilidade com o mercado local, conformidade legal e viabilidade financeira para a Unicamp e para o permissionário.

5. Valor (Taxa Administrativa)

5.1. Considerando o valor estabelecido no **Item 3. Definição, de R\$ 45,20/m²**, sugerimos para esta contratação, como Taxa Administrativa, o valor mínimo de **R\$ 9.720,00 (valor arredondado)**, representado da seguinte forma: **Área total x valor/m² = Valor/mês.**

5.1.1. **Cálculo: 215,00/m² x R\$ 45,20/m² = R\$ 9.718,00 (arredondado R\$ 9.720,00).**

6. Quadro demonstrativo

6.1. Pesquisa de mercado com imóveis comerciais para locação na região central de Barão Geraldo.

PESQUISA DE MERCADO - IMÓVEIS COMERCIAIS NA REGIÃO CENTRAL BARÃO GERALDO					
IMOBILIÁRIAS	CD. IMÓVEL	LOCALIZAÇÃO	ÁREA/M²	VR LOCAÇÃO	VALOR M²
Cassia Adala Soluções Imobiliárias	SL0950	Avenida Professor Atilio Martini	138,00	R\$ 4.000,00	R\$ 29,00
MH3 Imóveis	SL005915	Avenida Professora Ana Maria Silvestre Adade	130,00	R\$ 3.800,00	R\$ 29,23
Renato de Almeida Silva Gestor Imobiliário	2U1H0S	Rua Tranquillo Prósperi - Barão Geraldo	105,00	R\$ 3.900,00	R\$ 37,14
Campinas Negócios Imobiliários	SA002029	Barão Geraldo	75,00	R\$ 3.000,00	R\$ 40,00
Barão Geraldo Assessoria Imobiliária	SA0188_BHAI	Jardim José Martins	124,00	R\$ 5.100,00	R\$ 41,13
De Lucca Imóveis	SA002045	Rua Francisco de Barros Filho - Barão Geraldo	110,00	R\$ 6.000,00	R\$ 54,55
Criar Imóveis	SL0931	Avenida Albino José Barbosa de Oliveira	198,00	R\$ 11.000,00	R\$ 55,55
RE/MAX ZOTT	690331001-127	Rua Benedito Alves Aranha - Barão Geraldo	80,00	R\$ 5.000,00	R\$ 62,50
Unimob Imóveis	PO003991	Avenida Albino José Barbosa de Oliveira - Barão Geraldo	111,00	R\$ 7.200,00	R\$ 64,90
Pórtico Imóveis	21193	Jardim Santa Genebra II Barao Geraldo	112,00	R\$ 8.000,00	R\$ 71,42
Valor médio do m² na região central de Barão Geraldo			-	-	R\$ 48,54

6.2. Pesquisa de mercado com imóveis comerciais para locação próximos da Universidade (Cidade Universitária).

PESQUISA DE MERCADO - IMÓVEIS COMERCIAIS NAS PROXIMIDADES DA UNICAMP					
IMOBILIÁRIAS	CD. IMÓVEL	LOCALIZAÇÃO	ÁREA/M²	VR LOCAÇÃO	VALOR M²
IHMS imóveis	SL0001	Cidade Universitária	450,00	R\$ 6.000,00	R\$ 13,33
Prime Home Imóveis	PO022369	Jardim Alto da Cidade Universitária	200,00	R\$ 5.000,00	R\$ 25,00
Barão Geraldo Assessoria Imobiliária	SA0106_BHAI	Cidade Universitária	200,00	R\$ 6.000,00	R\$ 30,00
Start Negócios Imobiliários	SA010600	Avenida Doutor Romeu Tortima - Cidade Universitária	70,00	R\$ 2.500,00	R\$ 35,71
Libano Imóveis	SA004849	Rua Jerônimo Páttaro - Cidade Universitária	93,00	R\$ 3.500,00	R\$ 37,63
Ismê Imobiliária Eireli	4186	Cidade Universitária	70,00	R\$ 3.250,00	R\$ 46,42
Barão Geraldo Assessoria Imobiliária	SA0246_BHAI	Cidade Universitária	33,00	R\$ 1.650,00	R\$ 50,00
Swiss House Negócios Imobiliários	SA003817	Rua Engenheiro Humberto Soares Camargo - Cidade Universitária	65,00	R\$ 3.300,00	R\$ 50,77
Universo Imóveis Barão Geraldo	SA0085	Cidade Universitária	70,00	R\$ 5.000,00	R\$ 71,43
Universo Imóveis Barão Geraldo	LO0030	Cidade Universitária	30,00	R\$ 2.700,00	R\$ 90,00
Valor médio do m² no entorno da Universidade			-	-	R\$ 45,03

6.3. Valor das médias apuradas.

PESQUISA DE MERCADO - MÉDIAS	
Metro quadrado (m²) na região central de Barão Geraldo	R\$ 48,54
Metro quadrado (m²) no entorno da Universidade	R\$ 45,03
Metro quadrado (m²) conforme decreto PMC - SETEC	R\$ 42,04
Metro quadrado (m²) estabelecido para a contratação	R\$ 45,20

Prefeitura Universitária, 06/2025.

Diogo L. G. Martins
Pontos Comerciais



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
sigad.unicamp.br/verifica, informando o código verificador:
0A75724C 25174584 88574FB6 FE90DAC9





Universidade Estadual de Campinas Dados de Energia e Saneamento

Unidade/Órgão:	Prefeitura Universitária
Responsável pela elaboração:	Diogo L. G. Martins

Anexo - III

1. ENERGIA ELÉTRICA

O Campus de Campinas tem seu suprimento de energia através da interligação do seu Sistema de Distribuição de Energia na Subestação da CPFL – Barão Geraldo, estando enquadrada junto ao setor elétrico como **Consumidor Livre**.

Nesta configuração e observando a regulamentação da ANEEL definida pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), a Universidade tem a necessidade de formalizar dois contratos, o de Compra de Energia e o de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), sendo estes formalizados respectivamente junto a mercado e a concessionária de Energia da cidade de Campinas. Considerando os contratos vigentes e com o objetivo subsidiar futuras composições do insumo energia elétrica, esclarecemos o que segue:

1.1. Contrato de Compra de Energia

A contratação ocorre através de processo licitatório. Atualmente a Universidade possui 02 contratos formalizados um até dezembro de 2023, cujo reajuste ocorre no mês de outubro pelo índice IPC-FIPE e outro para o período de janeiro de 2024 a dezembro de 2026, também reajustado pelo índice IPC FIPE, com valores médios em torno de 9% abaixo do contrato atual com vigência até dezembro de 2023. Esclarecemos que a partir deste período deverá ser formalizado novo contrato junto ao mercado através de processo licitatório, cujo preço do kWh (energia) está diretamente atrelado ao ciclo hidrológico, crescimento do país e disponibilidade de energia (elétrons) no setor elétrico, não podendo neste momento termos uma estimativa.

1.2. Contrato de Uso do Sistema de Distribuição.

O custo referente a este contrato está diretamente relacionado a encargos, parâmetros elétricos tais como consumo, demanda de energia. Conforme resolução da ANEEL este valor é reajustado anualmente em abril de cada ano pela CPFL, concessionária de Campinas. Considerando ser consumidor livre, a composição dos custos de energia da Universidade apresenta participação em torno de 2/3 referente ao contrato de compra e 1/3 a contrato com a concessionária de energia onde variam mês a mês em decorrência das variáveis do contrato de uso do sistema de distribuição.

1.2.1. Os valores atualmente aplicados (2025) aos permissionários baseados na composição acima são de R\$ 0,29/kWh.

2. SANEAMENTO

2.1. Configuração atual de abastecimento de água tratada do campus de Campinas. 2.1.1. A tarifação para fornecimento de água tratada, coleta e afastamento de esgoto e tratamento de esgoto, para fins de cobrança de serviços contratados segue resolução da AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO DAS BACIAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ (AGÊNCIA REGULADORA PCJ) que dispõe sobre a revisão dos valores das Tarifas de Água e Esgoto e reajuste dos valores dos Preços Públicos dos Demais Serviços a serem aplicados no Município de Campinas e dá outras providências. 2.1.2. A resolução vigente para o ano de 2025 é RESOLUÇÃO ARES-PCJ Nº 605, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024, que conforme Art. 1º e parágrafo primeiro, resolvem:

2.1.2.1. “Art. 3º - Reajustar os atuais valores dos Preços Públicos dos Demais Serviços praticados pela SANASA - Campinas, em 4,87% (quatro inteiros e oitenta e sete centésimos por cento).

2.1.2.2. Parágrafo único. O reajuste dos valores que trata o *caput* deste artigo será aplicado pela SANASA Campinas, a partir do mês de fevereiro de 2025.”
https://www.arespcj.com.br/public/media/arquivos/1735838678resolucao_n_6_05_2024_-_revisao_tarifaria_-_sanasa_campinas.pdf

2.1.2.3. O custo referente ao repasse dos valores tarifários estabelecidos e reajustados anualmente por Resolução vigente do ARES-PCJ - AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO DAS BACIAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ (AGÊNCIA REGULADORA PCJ), enquadra-se na “Categoria Pública” e faixa de consumo “Acima de 50 m³”.

2.2. RESOLUÇÃO ARES-PCJ Nº 605, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024 ANEXO I

2.2.1. TABELA 1 - VALORES DAS TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO

Categoria Pública						
Faixas de Consumo (m³)	Água Tratada		Coleta e Afastamento de Esgoto		Tratamento de Esgoto	
	Tarifa (R\$/m³)	Parcela a Deduzir (R\$)	Tarifa (R\$/m³)	Parcela a Deduzir (R\$)	Tarifa (R\$/m³)	Parcela a Deduzir (R\$)
De 0 até 10 m³/mês	62,07	-	49,66	-	26,69	-
de 11 a 20	17,52	113,13	14,02	90,54	7,53	48,61
de 21 a 40	29,17	346,13	23,34	276,94	12,54	148,81
de 41 a 50	35,02	580,13	28,02	464,14	15,06	249,61
Acima de 50	45,65	1.111,63	36,52	889,14	19,63	478,11

2.2.2. Sendo assim, os valores tarifários de 2025 aplicados aos permissionários, conforme composição tarifária destacada acima, é de R\$ 101,80/m³.

2.2.2.1. Esclarecendo que, conforme adotado pela SANASA, o período de medição referente ao mês de fevereiro corresponde ao consumo registrado entre a data da leitura do mês anterior (20 de janeiro de 2025), até a leitura realizada em fevereiro (18 de fevereiro de 2025), não estando vinculada ao mês calendário e sim ao período de medição ao mês de referência.

A aplicação do reajuste 2025 conforme exposto pode ser comprovado através da análise das faturas referente aos meses de janeiro e fevereiro de 2025, emitidas pela SANASA.

A cada ano uma nova Resolução é publicada com os reajustes anuais das tarifas de água tratada, coleta e afastamento de esgoto e tratamento de esgoto.

Prefeitura Universitária
DAE - Divisão de Água e Energia



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
sigad.unicamp.br/verifica, informando o código verificador:
894A465D 1E6B4B25 B46C824C F0C45BA7



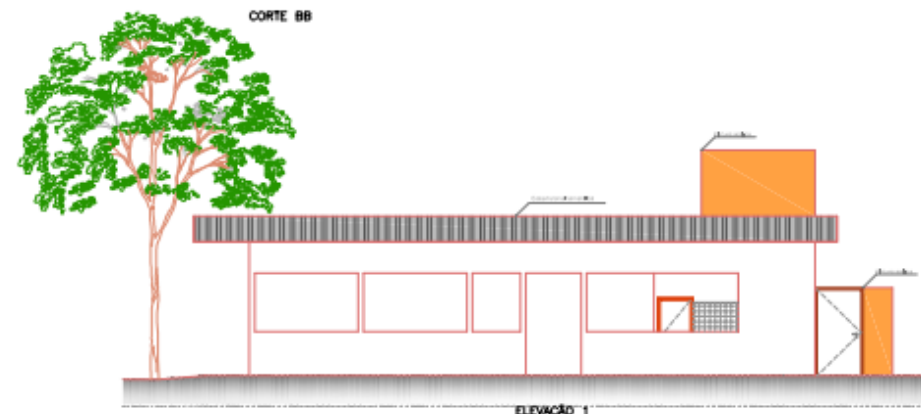
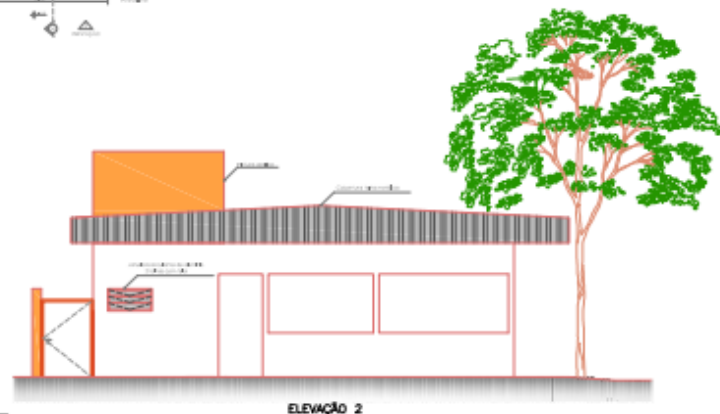
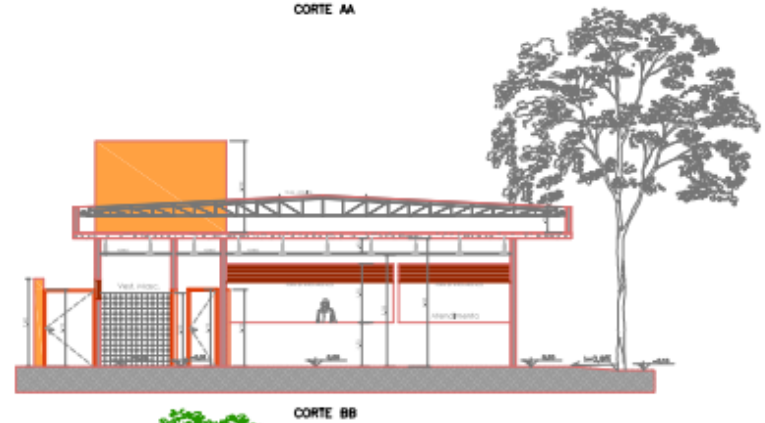
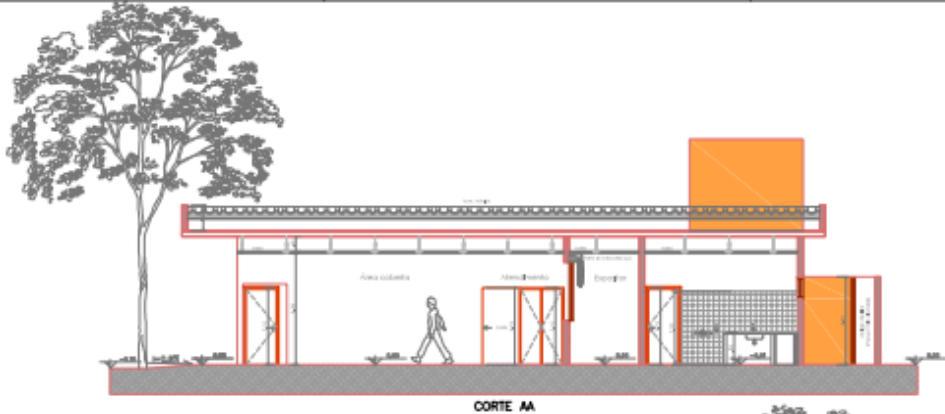
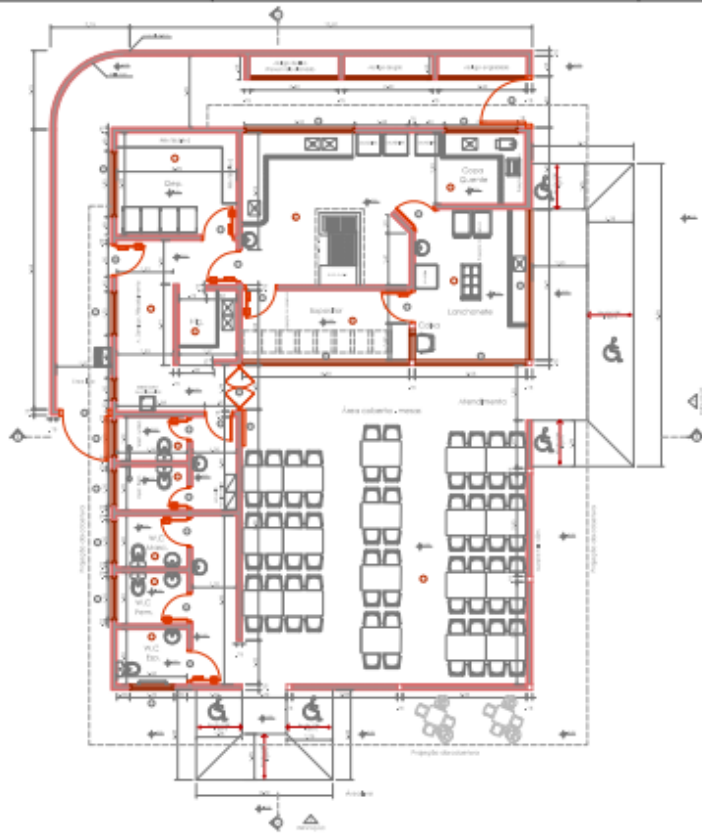


TABELA DE ACOMODACAO DOS AMBIENTES

AMBIENTE	USO	AREA	USO
1	COZINHA	10,00	COZINHA
2	COZINHA	10,00	COZINHA
3	COZINHA	10,00	COZINHA
4	COZINHA	10,00	COZINHA
5	COZINHA	10,00	COZINHA
6	COZINHA	10,00	COZINHA
7	COZINHA	10,00	COZINHA
8	COZINHA	10,00	COZINHA
9	COZINHA	10,00	COZINHA
10	COZINHA	10,00	COZINHA
11	COZINHA	10,00	COZINHA
12	COZINHA	10,00	COZINHA
13	COZINHA	10,00	COZINHA
14	COZINHA	10,00	COZINHA
15	COZINHA	10,00	COZINHA
16	COZINHA	10,00	COZINHA
17	COZINHA	10,00	COZINHA
18	COZINHA	10,00	COZINHA
19	COZINHA	10,00	COZINHA
20	COZINHA	10,00	COZINHA

TABELA DE AREA - JANELAS

AMBIENTE	AREA	AREA	AREA	AREA
1	10,00	10,00	10,00	10,00
2	10,00	10,00	10,00	10,00
3	10,00	10,00	10,00	10,00
4	10,00	10,00	10,00	10,00
5	10,00	10,00	10,00	10,00
6	10,00	10,00	10,00	10,00
7	10,00	10,00	10,00	10,00
8	10,00	10,00	10,00	10,00
9	10,00	10,00	10,00	10,00
10	10,00	10,00	10,00	10,00
11	10,00	10,00	10,00	10,00
12	10,00	10,00	10,00	10,00
13	10,00	10,00	10,00	10,00
14	10,00	10,00	10,00	10,00
15	10,00	10,00	10,00	10,00
16	10,00	10,00	10,00	10,00
17	10,00	10,00	10,00	10,00
18	10,00	10,00	10,00	10,00
19	10,00	10,00	10,00	10,00
20	10,00	10,00	10,00	10,00

TABELA DE AREA - PORTAS

AMBIENTE	AREA	AREA	AREA
1	10,00	10,00	10,00
2	10,00	10,00	10,00
3	10,00	10,00	10,00
4	10,00	10,00	10,00
5	10,00	10,00	10,00
6	10,00	10,00	10,00
7	10,00	10,00	10,00
8	10,00	10,00	10,00
9	10,00	10,00	10,00
10	10,00	10,00	10,00
11	10,00	10,00	10,00
12	10,00	10,00	10,00
13	10,00	10,00	10,00
14	10,00	10,00	10,00
15	10,00	10,00	10,00
16	10,00	10,00	10,00
17	10,00	10,00	10,00
18	10,00	10,00	10,00
19	10,00	10,00	10,00
20	10,00	10,00	10,00



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
sigad.unicamp.br/verifica, informando o código verificador:
9E11FDD5 2CCF40D2 8F318F7F 842FF032





**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE SUPRIMENTOS
EDITAL**

Aprovado segundo Parecer
PG nº 343 de 10 de
fevereiro de 2026, e
Despacho PG nº 574 de 10
de fevereiro de 2026

ANEXO V

CONDIÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE VISTORIA PRÉVIA

1. As interessadas em participar da licitação poderão realizar vistoria prévia ao local onde serão executados os serviços desta licitação.
2. A vistoria deverá ser agendada pelo e-mail pcomerc@unicamp.br e será realizada em dias de expediente na UNICAMP, no período da manhã às 09h00, 10h00 e 11h00 e no período da tarde às 14h00, 15h00 e 16h00, com duração máxima de 45 (quarenta e cinco) minutos, tolerando-se atraso de no máximo 15 (quinze) minutos, no período que compreende a publicação da licitação e até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
3. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
4. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
5. A vistoria será acompanhada por um servidor designado pela UNICAMP.
6. Após a realização da vistoria, deverá ser entregue ao servidor da UNICAMP a “DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO PRECEDIDA DE VISTORIA”, conforme modelo anexo, devidamente preenchida e assinada pelo representante legal da empresa, que será juntada aos autos do processo licitatório, de forma que o licitante não precisará apresentar a referida declaração na sessão de abertura da licitação.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE SUPRIMENTOS
EDITAL**

Aprovado segundo Parecer
PG nº 343 de 10 de
fevereiro de 2026, e
Despacho PG nº 574 de 10
de fevereiro de 2026

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA
REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO PRECEDIDA DE VISTORIA**

Pregão Eletrônico DGA nº 90064/2026

Processo nº 01-P-25517/2025

Objeto: Permissão de uso onerosa de espaço físico para exploração de estabelecimento comercial no ramo de alimentação, do tipo restaurante, denominado Restaurante e Lanchonete do Instituto de Biologia – IB

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico DGA nº _____, processo nº 01-P-25517/2025, DECLARO que o licitante tem conhecimento do local e das condições da realização do objeto da licitação, e que realizou vistoria prévia no(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação, colhendo todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

(nome/assinatura do servidor)



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE SUPRIMENTOS
EDITAL**

Aprovado segundo Parecer
PG nº 343 de 10 de
fevereiro de 2026, e
Despacho PG nº 574 de 10
de fevereiro de 2026

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA
REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

Pregão Eletrônico DGA nº 90064/2026

Processo nº 01-P-25517/2025

Objeto: Permissão de uso onerosa de espaço físico para exploração de estabelecimento comercial no ramo de alimentação, do tipo restaurante, denominado Restaurante e Lanchonete do Instituto de Biologia – IB

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico DGA nº 90064/2026, processo nº 01-P-25517/2025, DECLARO que o licitante tem conhecimento do local e das condições da realização do objeto da licitação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

(nome/assinatura do servidor)

ANEXO VI - TABELA DE CONVERSÃO

PROCESSO	01-P-25517/2025
OBJETO	Permissão de uso onerosa de espaço físico para exploração de estabelecimento comercial no ramo de alimentação, do tipo restaurante, denominado Restaurante e Lanchonete do Instituto de Biologia – IB
TABELA DE CONVERSÃO	O valor da proposta (VP) aumenta à medida que o valor do lance (VL) diminui. Será vencedor do certame eletrônico o licitante que oferecer o menor valor de lance (VL) no campo próprio do sistema.
FÓRMULA	$VL = (9720 \div VP) \times 100$
VALOR DO LANCE (VL)	VALOR DA PROPOSTA (VP)
R\$ 100,00	R\$ 9.720,00
R\$ 99,50	R\$ 9.768,84
R\$ 99,00	R\$ 9.818,18
R\$ 98,50	R\$ 9.868,02
R\$ 98,00	R\$ 9.918,37
R\$ 97,50	R\$ 9.969,23
R\$ 97,00	R\$ 10.020,62
R\$ 96,50	R\$ 10.072,54
R\$ 96,00	R\$ 10.125,00
R\$ 95,50	R\$ 10.178,01
R\$ 95,00	R\$ 10.231,58
R\$ 94,50	R\$ 10.285,71
R\$ 94,00	R\$ 10.340,43
R\$ 93,50	R\$ 10.395,72
R\$ 93,00	R\$ 10.451,61
R\$ 92,50	R\$ 10.508,11
R\$ 92,00	R\$ 10.565,22
R\$ 91,50	R\$ 10.622,95
R\$ 91,00	R\$ 10.681,32
R\$ 90,50	R\$ 10.740,33
R\$ 90,00	R\$ 10.800,00
R\$ 89,50	R\$ 10.860,34
R\$ 89,00	R\$ 10.921,35
R\$ 88,50	R\$ 10.983,05
R\$ 88,00	R\$ 11.045,45
R\$ 87,50	R\$ 11.108,57
R\$ 87,00	R\$ 11.172,41
R\$ 86,50	R\$ 11.236,99
R\$ 86,00	R\$ 11.302,33
R\$ 85,50	R\$ 11.368,42
R\$ 85,00	R\$ 11.435,29
R\$ 84,50	R\$ 11.502,96
R\$ 84,00	R\$ 11.571,43
R\$ 83,50	R\$ 11.640,72
R\$ 83,00	R\$ 11.710,84
R\$ 82,50	R\$ 11.781,82
R\$ 82,00	R\$ 11.853,66
R\$ 81,50	R\$ 11.926,38
R\$ 81,00	R\$ 12.000,00
R\$ 80,50	R\$ 12.074,53

R\$ 80,00	R\$ 12.150,00
R\$ 79,50	R\$ 12.226,42
R\$ 79,00	R\$ 12.303,80
R\$ 78,50	R\$ 12.382,17
R\$ 78,00	R\$ 12.461,54
R\$ 77,50	R\$ 12.541,94
R\$ 77,00	R\$ 12.623,38
R\$ 76,50	R\$ 12.705,88
R\$ 76,00	R\$ 12.789,47
R\$ 75,50	R\$ 12.874,17
R\$ 75,00	R\$ 12.960,00
R\$ 74,50	R\$ 13.046,98
R\$ 74,00	R\$ 13.135,14
R\$ 73,50	R\$ 13.224,49
R\$ 73,00	R\$ 13.315,07
R\$ 72,50	R\$ 13.406,90
R\$ 72,00	R\$ 13.500,00
R\$ 71,50	R\$ 13.594,41
R\$ 71,00	R\$ 13.690,14
R\$ 70,50	R\$ 13.787,23
R\$ 70,00	R\$ 13.885,71
R\$ 69,50	R\$ 13.985,61
R\$ 69,00	R\$ 14.086,96
R\$ 68,50	R\$ 14.189,78
R\$ 68,00	R\$ 14.294,12
R\$ 67,50	R\$ 14.400,00
R\$ 67,00	R\$ 14.507,46
R\$ 66,50	R\$ 14.616,54
R\$ 66,00	R\$ 14.727,27
R\$ 65,50	R\$ 14.839,69
R\$ 65,00	R\$ 14.953,85
R\$ 64,50	R\$ 15.069,77
R\$ 64,00	R\$ 15.187,50
R\$ 63,50	R\$ 15.307,09
R\$ 63,00	R\$ 15.428,57
R\$ 62,50	R\$ 15.552,00
R\$ 62,00	R\$ 15.677,42
R\$ 61,50	R\$ 15.804,88
R\$ 61,00	R\$ 15.934,43
R\$ 60,50	R\$ 16.066,12
R\$ 60,00	R\$ 16.200,00
R\$ 59,50	R\$ 16.336,13
R\$ 59,00	R\$ 16.474,58
R\$ 58,50	R\$ 16.615,38
R\$ 58,00	R\$ 16.758,62
R\$ 57,50	R\$ 16.904,35
R\$ 57,00	R\$ 17.052,63
R\$ 56,50	R\$ 17.203,54
R\$ 56,00	R\$ 17.357,14
R\$ 55,50	R\$ 17.513,51
R\$ 55,00	R\$ 17.672,73
R\$ 54,50	R\$ 17.834,86
R\$ 54,00	R\$ 18.000,00
R\$ 53,50	R\$ 18.168,22
R\$ 53,00	R\$ 18.339,62
R\$ 52,50	R\$ 18.514,29

R\$ 52,00	R\$ 18.692,31
R\$ 51,50	R\$ 18.873,79
R\$ 51,00	R\$ 19.058,82
R\$ 50,50	R\$ 19.247,52
R\$ 50,00	R\$ 19.440,00
R\$ 49,50	R\$ 19.636,36
R\$ 49,00	R\$ 19.836,73
R\$ 48,50	R\$ 20.041,24
R\$ 48,00	R\$ 20.250,00
R\$ 47,50	R\$ 20.463,16
R\$ 47,00	R\$ 20.680,85
R\$ 46,50	R\$ 20.903,23
R\$ 46,00	R\$ 21.130,43
R\$ 45,50	R\$ 21.362,64
R\$ 45,00	R\$ 21.600,00
R\$ 44,50	R\$ 21.842,70
R\$ 44,00	R\$ 22.090,91
R\$ 43,50	R\$ 22.344,83
R\$ 43,00	R\$ 22.604,65
R\$ 42,50	R\$ 22.870,59
R\$ 42,00	R\$ 23.142,86
R\$ 41,50	R\$ 23.421,69
R\$ 41,00	R\$ 23.707,32
R\$ 40,50	R\$ 24.000,00
R\$ 40,00	R\$ 24.300,00
R\$ 39,50	R\$ 24.607,59
R\$ 39,00	R\$ 24.923,08
R\$ 38,50	R\$ 25.246,75
R\$ 38,00	R\$ 25.578,95
R\$ 37,50	R\$ 25.920,00
R\$ 37,00	R\$ 26.270,27
R\$ 36,50	R\$ 26.630,14
R\$ 36,00	R\$ 27.000,00
R\$ 35,50	R\$ 27.380,28
R\$ 35,00	R\$ 27.771,43
R\$ 34,50	R\$ 28.173,91
R\$ 34,00	R\$ 28.588,24
R\$ 33,50	R\$ 29.014,93
R\$ 33,00	R\$ 29.454,55
R\$ 32,50	R\$ 29.907,69
R\$ 32,00	R\$ 30.375,00
R\$ 31,50	R\$ 30.857,14
R\$ 31,00	R\$ 31.354,84
R\$ 30,50	R\$ 31.868,85
R\$ 30,00	R\$ 32.400,00
R\$ 29,50	R\$ 32.949,15
R\$ 29,00	R\$ 33.517,24
R\$ 28,50	R\$ 34.105,26
R\$ 28,00	R\$ 34.714,29
R\$ 27,50	R\$ 35.345,45
R\$ 27,00	R\$ 36.000,00
R\$ 26,50	R\$ 36.679,25
R\$ 26,00	R\$ 37.384,62
R\$ 25,50	R\$ 38.117,65
R\$ 25,00	R\$ 38.880,00
R\$ 24,50	R\$ 39.673,47

R\$ 24,00	R\$ 40.500,00
R\$ 23,50	R\$ 41.361,70
R\$ 23,00	R\$ 42.260,87
R\$ 22,50	R\$ 43.200,00
R\$ 22,00	R\$ 44.181,82
R\$ 21,50	R\$ 45.209,30
R\$ 21,00	R\$ 46.285,71
R\$ 20,50	R\$ 47.414,63
R\$ 20,00	R\$ 48.600,00
R\$ 19,50	R\$ 49.846,15
R\$ 19,00	R\$ 51.157,89
R\$ 18,50	R\$ 52.540,54
R\$ 18,00	R\$ 54.000,00
R\$ 17,50	R\$ 55.542,86
R\$ 17,00	R\$ 57.176,47
R\$ 16,50	R\$ 58.909,09
R\$ 16,00	R\$ 60.750,00
R\$ 15,50	R\$ 62.709,68
R\$ 15,00	R\$ 64.800,00
R\$ 14,50	R\$ 67.034,48
R\$ 14,00	R\$ 69.428,57
R\$ 13,50	R\$ 72.000,00
R\$ 13,00	R\$ 74.769,23
R\$ 12,50	R\$ 77.760,00
R\$ 12,00	R\$ 81.000,00
R\$ 11,50	R\$ 84.521,74
R\$ 11,00	R\$ 88.363,64
R\$ 10,50	R\$ 92.571,43
R\$ 10,00	R\$ 97.200,00
R\$ 9,50	R\$ 102.315,79
R\$ 9,00	R\$ 108.000,00
R\$ 8,50	R\$ 114.352,94
R\$ 8,00	R\$ 121.500,00
R\$ 7,50	R\$ 129.600,00
R\$ 7,00	R\$ 138.857,14
R\$ 6,50	R\$ 149.538,46
R\$ 6,00	R\$ 162.000,00
R\$ 5,50	R\$ 176.727,27
R\$ 5,00	R\$ 194.400,00
R\$ 4,50	R\$ 216.000,00
R\$ 4,00	R\$ 243.000,00
R\$ 3,50	R\$ 277.714,29
R\$ 3,00	R\$ 324.000,00
R\$ 2,50	R\$ 388.800,00
R\$ 2,00	R\$ 486.000,00
R\$ 1,50	R\$ 648.000,00
R\$ 1,00	R\$ 972.000,00
R\$ 0,50	R\$ 1.944.000,00



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE CONTRATOS
UASG XXXXXX

Aprovado segundo
Parecer PG nº 343 de 10
de fevereiro 2026, e
Despacho PG nº 574 de
10 de fevereiro de 2026

Contrato nº XXX/XXXX

ANEXO VII
MINUTA DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
PERMISSÃO DE USO – LICITAÇÃO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

(Processo Administrativo nº 01-P-25517/2025)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM
ENTRE SI A **UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**
E A EMPRESA

A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, entidade autárquica de regime especial do Governo do Estado de São Paulo, com sede na Cidade Universitária "Zeferino Vaz", Distrito de Barão Geraldo, Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 46.068.425/0001-33, neste ato representada pelo(a)(nome), portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado **PERMITENTE**, e a empresa, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em, doravante designado **PERMISSIONÁRIO**, neste ato representado(a) por (nome), tendo em vista o que consta no Processo nº 01-P-25517/2025 e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do (modalidade licitatória) nº/....., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. Cláusula primeira - do objeto

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a permissão de uso onerosa de espaço físico para exploração de estabelecimento comercial no ramo de alimentação, do tipo restaurante, denominado Restaurante e Lanchonete do Instituto de Biologia - IB, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Objeto da contratação:



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE CONTRATOS
UASG XXXXXX

Aprovado segundo
Parecer PG nº 343 de 10
de fevereiro 2026, e
Despacho PG nº 574 de
10 de fevereiro de 2026

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR TAXA ADMINISTRATIVA MENSAL
1	Permissão de uso de espaço físico onerosa para exploração comercial no ramo de alimentação, dotipo restaurante, denominado Restaurante e Lanchonete do IB	19356	UNIDADE	1	

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do PERMISSIONÁRIO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. Em caso de conflito entre os documentos mencionados no subitem 1.3, por ser mais específico, prevalecerá o disposto no Termo de Referência.

2. Cláusula segunda - vigência e prorrogação

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) meses, contados da assinatura do Termo de Entrega das Chaves, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma do inciso I do artigo 110 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. No decorrer da vigência contratual será verificada a conduta do PERMISSIONÁRIO no cumprimento das cláusulas contratuais e das normas da Universidade.

2.3. O PERMISSIONÁRIO poderá se opor à prorrogação de que trata o parágrafo anterior, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo PERMITENTE em até 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

3. Cláusula terceira - modelo de gestão contratual

3.1. O modelo de gestão contratual, assim como os prazos e condições do objeto constam no Termo de Referência, vinculado a este Contrato.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE CONTRATOS
UASG XXXXXX

Aprovado segundo
Parecer PG nº 343 de 10
de fevereiro 2026, e
Despacho PG nº 574 de
10 de fevereiro de 2026

4. Cláusula quarta – subcontratação

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2. O PERMISSIONÁRIO, em hipótese alguma, poderá ceder, locar ou transferir, total ou parcialmente a terceiros a Permissão de Uso, sob pena de extinção contratual.

5. Cláusula quinta – Preço

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ ([indicar valor por extenso]), perfazendo o valor total de R\$..... ([indicar valor por extenso]), que corresponde a R\$..... /m² ([indicar valor por extenso] por metro quadrado).

5.2. O valor estabelecido no item 5.1 é referente à taxa de administração, que consiste na remuneração pela utilização do espaço físico no Campus de 215,00 m², localizado na Rua Sérgio Buarque de Holanda, S/Nº, Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, Campinas/SP, CEP 13083-859.

5.3. Além da taxa de administração, o PERMISSIONÁRIO deverá pagar mensalmente a taxa de conservação, que corresponderá ao valor do consumo de água/esgoto e energia elétrica, conforme medição feita pela PERMITENTE.

6. Cláusula sexta – Pagamento

6.1. O PERMISSIONÁRIO deverá pagar mensalmente à PERMITENTE, até o décimo dia do mês subsequente, a taxa de administração e a taxa de conservação.

6.1.1. As cobranças das taxas de administração e conservação iniciam a partir da assinatura do Termo de Entrega das Chaves.

6.1.2. O pagamento das taxas de administração e de conservação deverá ser realizado através de boleto bancário, o qual será enviado pela DGA/Divisão de Contratos, via correspondência eletrônica, em até 05 (cinco) dias úteis do mês subsequente.

6.1.2.1. O PERMISSIONÁRIO deverá encaminhar em até 5 (cinco) dias do vencimento, o comprovante digitalizado por e-mail (contratos.execucao@dga.unicamp.br), para que seja realizada a identificação do pagamento.

6.2. Fica o PERMISSIONÁRIO ciente de que se esta Universidade vier a sofrer cobranças referentes a outras taxas ou tributos de qualquer natureza, o valor será proporcionalmente repassado à PERMITENTE.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE CONTRATOS
UASG XXXXXX

Aprovado segundo
Parecer PG nº 343 de 10
de fevereiro 2026, e
Despacho PG nº 574 de
10 de fevereiro de 2026

6.3. O não pagamento das taxas na data estabelecida incidirá atualização monetária nos termos do inc. V do art. 92 da Lei Federal 14.133/2021, adotando-se como critério o mesmo índice previsto na cláusula 7.1, ou seja, o IGP-M, e multa de 2% (dois por cento) e juros de 1% (um por cento) ao mês.

6.4. Nos meses de janeiro e julho, a taxa de administração não será cobrada, devendo a taxa de conservação ser paga normalmente.

7. Cláusula sétima - reajuste

7.1. A taxa de administração será reajustada anualmente, de acordo com a variação do índice IGP-M nos termos da legislação em vigor, tomando-se como base a data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do PERMISSONÁRIO, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo PERMITENTE, do índice IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes da taxa de administração subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.6. A taxa de conservação será reajustada sempre e na mesma proporção em que houver reajuste das respectivas companhias distribuidoras.

7.6.1. Se a Universidade vier a sofrer cobranças referentes a outras taxas ou tributos de qualquer natureza, o valor será proporcionalmente repassado à Permitente.

7.7. O reajuste da taxa de administração será realizado por apostilamento.

8. Cláusula oitava - obrigações do PERMITENTE

8.1. São obrigações do PERMITENTE:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo PERMISSONÁRIO, de acordo com



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE CONTRATOS
UASG XXXXXX

Aprovado segundo
Parecer PG nº 343 de 10
de fevereiro 2026, e
Despacho PG nº 574 de
10 de fevereiro de 2026

o contrato e seus anexos;

8.3. Fiscalizar o cumprimento das obrigações pelo PERMISSIONÁRIO;

8.4. O PERMISSIONÁRIO estará sujeito à fiscalização direta da PERMITENTE, devendo facilitar quaisquer vistorias.

8.5. A fiscalização da PERMITENTE não exime o PERMISSIONÁRIO de sua responsabilidade em relação a danos causados à PERMITENTE ou a terceiros.

8.6. Aplicar ao PERMISSIONÁRIO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas ao presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.7.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.8. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo PERMISSIONÁRIO no prazo máximo de 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.8.1. O prazo referido no parágrafo nono desta cláusula não se iniciará enquanto o PERMISSIONÁRIO não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo PERMITENTE para adequada instrução do requerimento.

8.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo PERMISSIONÁRIO com terceiros, ainda que vinculados ao contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do PERMISSIONÁRIO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.10. A PERMITENTE sempre que necessário realizará a fiscalização dos pontos comerciais, juntamente com os Órgãos fiscalizadores Municipais, Estaduais e Federais.

9. Cláusula nona - obrigações do PERMISSIONÁRIO

9.1. Assinar o Termo de Entrega das Chaves e o Termo de Liberação para Início das Atividades que serão emitidos pela Prefeitura Universitária, conforme estabelecido no subitem 8.2 do Termo de Referência.

9.2. A devolução do imóvel será realizada mediante entrega das chaves do imóvel à Prefeitura



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE CONTRATOS
UASG XXXXXX

Aprovado segundo
Parecer PG nº 343 de 10
de fevereiro 2026, e
Despacho PG nº 574 de
10 de fevereiro de 2026

Universitária, ocasião em que deverá ser assinado o Termo de Devolução das Chaves.

9.2.1. A entrega das chaves não exime o PERMISSONÁRIO do pagamento das taxas devidas até o momento.

9.3. Manter pontualidade no pagamento das taxas de administração e conservação;

9.4. O PERMISSONÁRIO deverá adquirir e instalar os equipamentos destinados aos serviços, com seus próprios recursos, fazer as instalações dos pontos de utilidade necessários, bem como adquirir todo o mobiliário, materiais e utensílios, observando as normas técnicas.

9.5. Contratar sob sua exclusiva responsabilidade o quadro de pessoal necessário para um bom atendimento dos usuários, obrigando-se por registrar seus empregados, remunerá-los de acordo com o sindicato da categoria, pagar os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, bem como fornecer às suas expensas o transporte e refeições.

9.6. Os empregados deverão usar identificação da empresa, devendo se apresentar limpos e asseados, bem como utilizar equipamentos de proteção individual com certificado de aprovação – CA, emitido pelo Ministério do Trabalho, conforme as atividades desenvolvidas e portar o Atestado de Saúde Ocupacional anual, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional.

9.7. O comportamento, discrição e polidez dos empregados do PERMISSONÁRIO no trato com o público em geral deverão ser irrepreensíveis.

9.8. Substituir de imediato, a pedido da PERMITENTE ou de ofício, qualquer empregado que não preencha as qualificações necessárias.

9.9. Afixar em local visível ao público a tabela de preços, os quais devem ser compatíveis com o praticado no mercado.

9.10. Emitir documento fiscal correspondente ao serviço e/ou venda comercializados no estabelecimento, de acordo com a legislação tributária vigente.

9.11. É vedado ao PERMISSONÁRIO:

a) ceder ou transferir ou sublocar o espaço físico ou os serviços, total ou parcialmente, bem como utilizar o local para fins diversos do estabelecido no contrato;

b) distribuir, expor, trocar ou vender qualquer material ou mercadoria que não seja compreendida no objeto de sua atividade;



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE CONTRATOS
UASG XXXXXX

Aprovado segundo
Parecer PG nº 343 de 10
de fevereiro 2026, e
Despacho PG nº 574 de
10 de fevereiro de 2026

c) a propaganda externa, em seu nome ou de seus fornecedores, podendo ser permitida mediante prévia autorização da PERMITENTE;

d) usar o nome da PERMITENTE para adquirir, produtos ou quaisquer outros bens;

e) colocar quaisquer materiais fora da área reservada ao serviço;

f) utilizar a marca UNICAMP e seu logotipo, assim como o nome “Universidade Estadual de Campinas” em seus talonários, panfletagens ou em qualquer veículo de comunicação;

g) comercializar qualquer tipo de carteira de Identificação Estudantil;

h) vender, distribuir, oferecer e armazenar bebidas alcoólicas.

9.12. Responsabilizar-se pela manutenção e limpeza dos equipamentos e instalações, incluindo manutenção preventiva e corretiva dos mesmos, bem como limpeza de toda a área

9.13. Observar rigorosamente as exigências sanitárias e de higiene previstas na legislação.

9.14. Ressarcir, de imediato, quaisquer danos ou prejuízos causados ao patrimônio da PERMITENTE, observados o direito à ampla defesa e ao contraditório.

9.15. Ressarcir, imediatamente, quaisquer danos ou prejuízos causados ao patrimônio da PERMITENTE.

9.16. Manter, a partir da data da assinatura do Termo de Liberação para Início das Atividades, o ponto comercial em funcionamento no local.

9.17. Manter o ponto comercial em condições estéticas e funcionais permanentemente adequadas.

9.18. Usar o ponto comercial tão somente para os fins pelo qual foi firmado este Termo, exploração de estabelecimento comercial no ramo de alimentação, sob pena de responder por perdas e danos.

9.19. Manter, durante toda a vigência contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela PERMITENTE.

10. Cláusula décima - obrigações pertinentes a LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE CONTRATOS
UASG XXXXXX

Aprovado segundo
Parecer PG nº 343 de 10
de fevereiro 2026, e
Despacho PG nº 574 de
10 de fevereiro de 2026

eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo PERMISSIONÁRIO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do PERMISSIONÁRIO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do PERMISSIONÁRIO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O PERMISSIONÁRIO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O PERMITENTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o PERMISSIONÁRIO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O PERMISSIONÁRIO deverá prestar, no prazo fixado pelo PERMITENTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE CONTRATOS
UASG XXXXXX

Aprovado segundo
Parecer PG nº 343 de 10
de fevereiro 2026, e
Despacho PG nº 574 de
10 de fevereiro de 2026

pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. Cláusula décima primeira - garantia de execução

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. Cláusula décima segunda - infrações e sanções administrativas

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o PERMISSIONÁRIO que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento do início das atividades do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 Serão aplicadas ao PERMISSIONÁRIO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o PERMISSIONÁRIO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Multa Contratual: que não poderá ser inferior a 0,5% nem superior a 30% do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer infração administrativa ou descumprimento de qualquer das cláusulas estipuladas no presente contrato.

III. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

IV. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE CONTRATOS
UASG XXXXXX

Aprovado segundo
Parecer PG nº 343 de 10
de fevereiro 2026, e
Despacho PG nº 574 de
10 de fevereiro de 2026

“d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

V. Multa de Mora: calculada progressivamente, por dia de atraso, sobre o valor da obrigação não cumprida, observando-se a relação proporcional dos dias de atraso da execução contratualmente estabelecido, na forma a seguir disposta:

1. Para atraso de até 25% (vinte e cinco por cento) do prazo estipulado para o cumprimento da obrigação: multa de 0,15% (zero vírgula quinze por cento) por dia de atraso;
2. Para atraso entre 25,01 (vinte e cinco vírgula zero um) e 50% (cinquenta por cento) do prazo estipulado para o cumprimento da obrigação: multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso;
3. Para atraso entre 50,01 (cinquenta vírgula zero um) e 75% (setenta e cinco por cento) do prazo estipulado para o cumprimento da obrigação: multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso;
4. Para atraso superior a 75% (setenta e cinco por cento) do prazo estipulado para o cumprimento da obrigação: multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) por dia de atraso.

V.1. O percentual de atraso será obtido por meio da divisão do número de dias de atraso pelo prazo contratualmente estabelecido e, posteriormente, multiplicado por 100 (cem), com arredondamento em duas casas decimais.

12.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao PERMITENTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo PERMITENTE ao PERMISSONÁRIO, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE CONTRATOS
UASG XXXXXX

Aprovado segundo
Parecer PG nº 343 de 10
de fevereiro 2026, e
Despacho PG nº 574 de
10 de fevereiro de 2026

comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao PERMISSIONÁRIO, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o PERMITENTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.10 A personalidade jurídica do PERMISSIONÁRIO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o PERMISSIONÁRIO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11 O PERMITENTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE CONTRATOS
UASG XXXXXX

Aprovado segundo
Parecer PG nº 343 de 10
de fevereiro 2026, e
Despacho PG nº 574 de
10 de fevereiro de 2026

12.12 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.13 Além das disposições previstas na Cláusula Décima Segunda, a aplicação das sanções previstas no presente contrato deverá observar o disposto na Resolução GR-19/2023.

13. Cláusula décima terceira - da extinção contratual

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o PERMITENTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do PERMISSONÁRIO pelo PERMITENTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.2.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE CONTRATOS
UASG XXXXXX

Aprovado segundo
Parecer PG nº 343 de 10
de fevereiro 2026, e
Despacho PG nº 574 de
10 de fevereiro de 2026

13.3.3. Indenizações e multas.

13.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o PERMISSIONÁRIO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade PERMITENTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. Cláusula décima quarta - dos casos omissos

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo PERMITENTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. Cláusula décima quinta – alterações

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do PERMITENTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. Cláusula décima sexta– publicação

16.1. Incumbirá ao PERMITENTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
DIRETORIA EXECUTIVA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE CONTRATOS
UASG XXXXXX

Aprovado segundo
Parecer PG nº 343 de 10
de fevereiro 2026, e
Despacho PG nº 574 de
10 de fevereiro de 2026

17. Cláusula décima sétima – foro

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campinas, Estado de São Paulo, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do PERMITENTE

Representante legal do PERMISSIONÁRIO



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
sigad.unicamp.br/verifica, informando o código verificador:
F02BF7DE 508F43E6 9E3F54D7 1CA4D0E0

